



ATA NÚMERO 19

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 JUNHO DE 2016

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte e uma horas no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e José Freitas Ribeiro que nesta reunião substitui a segunda Secretária Joana Filipa Seixas Magalhães.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, e Pedro Barros, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Sílvia Mota**, Octávia Manuel Clemente, **António Magalhães Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, **José Augusto Carvalho Pinto da Silva**, Rita Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz **substituído por António Manuel Silva**
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães

UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Faltou

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite

VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Alexandra Matias, Hugo Vaz, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Joana Filipa Seixas Magalhães e Maria José Castelo Branco.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião ordinária de 30 de abril. Solicitaram algumas correções, que foram de imediato efetuadas, os senhores: António Araújo, Armindo Abreu, Luís Van Zeller e Octávia Clemente. Passou-se então à votação da referida ata. De acordo com o novo Código de Procedimento Administrativo não votaram esta ata os senhores: António Magalhães Teixeira, Sílvia Mota, António Manuel da Silva substituto do senhor Presidente de Junta de Gondar, pelo facto de não terem estado presentes na reunião de 30 de abril último.

Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Foi também dado conhecimento da correspondência recebida até à data da realização da reunião.

No seguimento dos trabalhos, deu entrada na Mesa uma Moção subscrita pela líder do PS, **Octávia Clemente** que seguindo a metodologia e a decisão tomada na sessão anterior foi admitida, tendo sido dados à senhora Deputada dois minutos para a defender. Transcreve-se de seguida a referida Moção: “Decorrente da publicação no dia 17 de maio do corrente ano da relação das escolas particulares e cooperativas que poderiam perder os acordos de associação, onde se incluía o Externato de Vila Meã, o Partido Socialista de Amarante, não obstante defender a escola pública e a consequente avaliação criteriosa dos referidos contratos de associação, não pode deixar de estar solidário com a comunidade educativa de Vila Meã, considerando imperioso a continuidade do financiamento por parte do Estado àquele estabelecimento de ensino, visto que na sua área pedagógica não existe ensino público alternativo, porquanto se encontra dentro dos critérios definidos para que o acordo de associação possa continuar em vigor.

Amarante, nos 2º e 3º ciclos do ensino Básico e no ensino Secundário não tem “oferta pública” no polo de Vila Meã, pois ao longo dos anos sempre defendeu a necessidade de racionalização e rentabilização dos recursos existentes, como comprova a Carta Educativa em vigor no concelho de Amarante, aprovada pelos órgãos do município e ratificada pelo Conselho de Ministros.

O estudo do Governo teve como indicador a distância que medeia entre a escola de origem (Externato de Vila Meã) e as de destino (escolas dos concelhos de Marco de Canavezes e Lousada), não considerando freguesia a freguesia. Como a escola fica no extremo oeste do concelho, a maioria das freguesias envolvidas duplicam as

distâncias tidas em conta para o efeito, devendo, portanto, ser ponderada a distância entre a freguesia de residência e a escola a alocar o aluno.

O Externato de Vila Meã sempre foi um parceiro que deu resposta, mediante contrato de associação, às freguesias dessa zona urbana, tentando ao longo dos anos enquadrar-se nos resultados educativos municipais de acordo com os objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação, e em articulação com a escola pública, suprimindo, assim as necessidades da população.

De referir que caso não existisse o Externato de Vila Meã, há já muitos anos que aquele pólo urbano teria a sua “*escola pública*”. Tal só não aconteceu porque o Externato de Vila Meã sempre desempenhou com mestria esse papel.

Neste sentido, o PS de Amarante propõe que a Assembleia Municipal delibere aprovar um voto de solidariedade para com o Externato de Vila Meã, pois a proposta do Governo não atende à equidade de tratamento para com todos os alunos do concelho de Amarante, não lhes oferecendo a possibilidade de frequentar uma escola no seu território, esvaziando assim o princípio básico da coesão territorial e uma estratégia municipal para a educação no concelho de Amarante, pelo que o Ministério da Educação deverá continuar a celebrar contratos de associação com o Externato de Vila Meã, para as turmas constituídas com alunos provenientes do concelho de Amarante.

Dar conhecimento deste texto ao Governo e à Direção do Externato”.

Lida a Moção, foi a mesma posta a votação, de que resultou a aprovação por **Unanimidade**.

Usaram da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que à semelhança do que aconteceu na última reunião de 30 de abril, em que foi aqui apresentada uma Moção do CDS e também subscrita pelo PSD, agora, como naquela altura, votamos esta Moção sem qualquer hesitação, sem qualquer dúvida, sem qualquer reprovação, sem qualquer abstenção, a favor do Externato de Vila Meã, porque estamos preocupados com o que o possível encerramento do Externato poderá fazer àquela zona em termos de economia local e em termos de educação e prestação de serviço público de educação. Também só tivemos conhecimento da Moção depois de ser lida, mas não tivemos qualquer hesitação porque o que está em causa, acima de tudo, é a defesa do Externato de Vila Meã. Esta matéria para nós é essencial e sempre votaríamos a favor em qualquer circunstância.

O senhor **Presidente da Mesa** disse que também devia dar uma justificação de voto em relação à sua justificação de voto na última reunião. Hoje justifica muito mais facilmente o voto porque sabe o que se discute, porque esta Moção não vai no sentido de pôr em causa a política do Governo nesta matéria, com a qual concorda, mas sim no sentido da coesão territorial, que entende ser o único sentido possível para a defesa do Externato de Vila Meã, no sentido de dizer que devem continuar a fazer contratos de associação enquanto não houver oferta pública de ensino na sua área de influência.

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra disse que votava a favor a Moção, porque votará sempre a favor de tudo o que tenha a ver com Vila Meã. "Nunca me absteria numa posição destas independentemente do que fosse. Eu, na altura fiz um alerta em que isto era uma chamada de atenção e não fui levado a sério."

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que na última Assembleia o que foi aqui apresentado foi uma Moção pela liberdade de escolha e na liberdade de escolha vinha a defesa do Externato. Obviamente que o Partido Socialista não se podia associar a essa proposta porque não defende a liberdade de escolha, defende o ensino público e defende que onde não existe oferta pública, aí sim, o Estado deve pagar e deve continuar a celebrar contratos de associação. Aquilo que aqui hoje foi apresentado pela bancada do PS foi em defesa do Externato de Vila Meã mas também em defesa da coesão territorial de todo o Município de Amarante e em defesa da escola pública. Os contratos de associação devem efetivamente ser revistos e devem ser analisados todos os critérios relativamente a eles. É essa a diferença da Moção anterior para esta. Não me agrada ter apresentado esta Moção hoje aqui sem ter dado conhecimento a todas as Bancadas. Dei apenas conhecimento ao Movimento Independente porque como nós na última Assembleia ficou de fora na Moção que então foi apresentada. Fi-lo unicamente, e é a minha posição pessoal, por entender que não é correto naquilo que é essencial para a defesa de Amarante, que os Partidos não estejam todos juntos e coloquem as bandeiras partidárias acima daquilo que são os interesses de Amarante. Por isso, estamos aqui todos para defender o que interessa para Amarante.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra começou por explicar porque votou a favor. Primeiro porque, mesmo tarde o PS percebeu a importância do que está em causa e vem de encontro à preocupação do CDS manifestada na última reunião da Assembleia. E também votei a favor porque a moção não condiciona nem põe em causa o ensino de interesse público, mesmo não sendo gerido por estabelecimentos de ensino público. O que está aqui em causa é a propriedade e acima de tudo o que deve ser considerado é a qualidade do ensino. Como não se questiona a qualidade do ensino do Externato e como esta Moção vem na defesa da manutenção das turmas e do Externato, foi por essa razão que eu votei a favor.

Terminadas estas intervenções passou-se de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que ia referir-se ao expediente e a uma carta que recebeu do senhor Jorge Daniel Bessa Pinto a dizer que na última Assembleia, de 30 de abril, dirigiu um requerimento à Assembleia no sentido de ver retificadas as atas de 26 de setembro de 2014, a de 27 de setembro de 2015 e a de 22 de dezembro de 2015, que verificou não se encontrarem de acordo com os registos do desenrolar dos trabalhos e que tinham sido proferidas opiniões pelo senhor Presidente da Assembleia, opiniões ofensivas da sua honra e do bom nome de um seu familiar. Com a data de 3 de maio de 2016 recebeu um ofício com aviso de receção dirigido pelos serviços da Assembleia Municipal que continha o despacho produzido pelo senhor Presidente da Assembleia que indefere o dito requerimento dizendo que nas atas deve constar o que só de essencial nelas se tiver passado. Depois mandam o despacho do senhor Presidente. É também enviada a carta do acima referido cidadão. Não vou reportar-me ao aspeto jurídico nem ao mérito do despacho porque foi proferido pelo senhor Presidente, o qual de todo o modo poderá ser impugnado pelo interessado nos fóruns competentes, mas queria deixar observado que o conceito essencial é aberto e subjetivo, porque o que é essencial para uns pode não o ser para outros. E também queria esclarecer, na minha opinião, que à luz dos princípios basilares da democracia, como são a transparência, a liberdade, mas também a responsabilidade e o princípio da fidelidade das atas, na minha opinião, e penso que também na opinião do grupo do PSD e também do CDS, estas devem traduzir o mais fielmente possível tudo o que

tiver aqui ocorrido ou o que se tiver dito, quer seja bom, quer seja mau, quer seja feliz, quer seja infeliz, quer seja conveniente, quer seja inconveniente. Da minha parte, tenho aqui produzido afirmações que se tivesse pensado melhor não as tinha produzido, mas eu próprio tenho vindo a dizer que transcrevam exatamente aquilo que eu disse. Para isso é que as reuniões da Assembleia são gravadas. É isto que deverá acontecer em todas as circunstâncias, até para poder haver sempre uma plena assunção das responsabilidades quanto a tudo que aqui dizemos e que aqui fazemos.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve: "A 29 de julho de 2015, foi lançada a obra de eletrificação da Linha do Douro. O troço intervencionado, entre Caíde e Marco de Canaveses, tem cerca de 14,4 Km, atravessando os concelhos de Lousada, Amarante, Penafiel e Marco de Canaveses.

A empreitada envolvia as seguintes obras: a execução de novas instalações fixas de tração elétrica, alteamento das plataformas de passageiros das estações e apeadeiros existentes no troço (Oliveira, Vila Meã, Recezinhos, Livração e Marco de Canaveses) e implementação de um novo sistema de retorno de corrente de tração. O investimento na reabilitação desta infraestrutura situa-se na ordem dos 7 milhões de euros, e estimava-se que estivesse concluída em agosto de 2016.

Para além desta empreitada, António Ramalho, Presidente da REFER, anunciava aos órgãos de comunicação social, na cerimónia de apresentação do projeto de eletrificação da Linha do Douro, no Marco de Canaveses, o lançamento de um segundo concurso público relativo à empreitada de reabilitação da superestrutura de via entre as estações de Caíde e Vila Meã, que visava, e passo a citar: *“mitigar os riscos de descarrilamentos, melhorar as condições de segurança das circulações ferroviárias e de pessoas e bens e a fiabilidade da exploração, permitindo simultaneamente diminuir os custos de manutenção”*. Informou ainda que estas duas intervenções atingiam um montante global de investimento na ordem dos vinte milhões de euros.

As declarações atrás citadas, foram intencionalmente produzidas de forma abstrata, no sentido de esconder que este montante, face aos 85 milhões de euros estimados no projeto inicial, ficavam muito aquém das necessidades da referida linha, sacrificando desta forma a duplicação de via, a resolução do constrangimento que é o túnel de Caíde, e muito provavelmente, a supressão da passagem de nível junto à estação de Vila Meã, que já provocou a morte de muitas pessoas ao longo dos anos.

Apesar desta imputação ao projeto inicial, a empreitada de eletrificação da Linha do Douro teve início em finais de 2015. Verificando-se agora a suspensão da mesma, o que deixou o Partido Socialista de Amarante preocupado, e nesse sentido, solicita ao senhor Presidente da Câmara de Amarante que diligencie junto do Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal esclarecimentos sobre as razões que levaram à sua suspensão; qual a data prevista para a retoma dos trabalhos; e finalmente qual a previsibilidade para a conclusão das mesmas? Julgamos que seria oportuno aproveitar a oportunidade de reclamar junto dos responsáveis da CP, a reformulação dos horários e aumento do número de paragens dos vários comboios por dia na estação de Vila Meã, objetivando-se desta forma a recuperação da importância perdida da referida estação no contexto da região onde se insere”.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para ler o despacho que o senhor Deputado António Araújo referiu. Primeiro, o pedido era em relação às atas de 26 de setembro de 2014, 27 de setembro de 2015 e 22 de dezembro de 2015. O meu despacho foi neste sentido, e vou lê-lo todo: “De acordo com o artigo 57º, da lei nº 75/2013, a ata de cada reunião ou sessão da Assembleia Municipal deve conter em resumo o que de essencial nela se tiver passado e deve ser aprovada no final da mesma sessão ou reunião, ou no início da seguinte. As atas em questão já foram

aprovadas e produziram os seus efeitos úteis. Por outro lado, quanto ao período de intervenção do público, o essencial a constar na ata são as questões levantadas por cada interveniente e a resposta do senhor Presidente da Câmara ou do senhor Vereador em quem porventura delegar. Quer porque as atas já foram aprovadas, quer porque reproduzem o essencial das intervenções do requerente e a resposta da Exma Câmara sem admitir como verdadeiras as afirmações feitas no presente requerimento, indefiro o pedido. Notifique”.

AMÉRICO PAULO – PS

O senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente no sítio do Município li um artigo que fazia referências a palavras suas do discurso que proferiu na inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Meã a propósito da qualidade do serviço de fornecimento de água no Município efetuado pelas “Águas do Norte”:

Cito: “Enquanto representante dos munícipes, vejo-me na obrigação de referir o descontentamento da população perante o serviço de águas, que não tem cumprido os parâmetros mínimos de exigência, bem pelo contrário”.

E continuou: “Há de facto inúmeras queixas dos cidadãos que gostaríamos, à luz do contrato assinado, que fossem resolvidas de forma célere e sem mais prejuízo para os cidadãos”.

Devo dizer que me associo à sua preocupação e quando uma empresa que tem um acordo com a Autarquia e não o cumpre fazendo o oposto do que foi acordado, devemos ser intransigentes na defesa do interesse dos munícipes, por isso pergunto:

1. Quando se refere a padrões mínimos de exigência refere-se a quê em concreto?
2. Que diligências efetuou junto da empresa Águas do Norte para mudar a situação?
3. Enquanto autarca e membro da assembleia geral que reivindicações colocou em cima da mesa nas reuniões da assembleia de acionistas, caso as tenha havido?
4. Que obras estão neste momento a ser executadas ou estão programadas?

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que iria fazer três reparos, que aliás vêm no seguimento daquilo que tem dito relativamente ao facto de Amarante estar virada para o turismo. O primeiro ponto prende-se com uma série de placards que diariamente proliferam na Rotunda da Vinha, impedindo de ver uma paisagem tão bonita no sentido de Padronelo, porque tenho ali uma barreira. Peço ao senhor Presidente da Câmara que tenha em conta esta situação e verifique se há algum negócio, talvez clandestino, na colocação e fabrico dos ferros que sustentam os placards.

A segunda questão prende-se de novo com as caixas de distribuição de gás na rua. A situação junto ao restaurante Zé da Calçada é vergonhosa. Acrescentou ainda que na semana passada ficou aborrecido com uma situação que constatou junto ao edifício recentemente restaurado, o antigo Hotel Silva, porque foi ali colocada uma caixa igual a todas as outras, no exterior e que não se adequa nada ao local nem ao prédio. Pedia também ao senhor Presidente da Câmara que tivesse em atenção mais este caso que em nada beneficia o prédio e fica mal no passeio, embora até esteja um pouco encoberto por uma papeleira da rua.

O terceiro ponto prende-se com um situação que reportou na última reunião e que se prende com a falta de uma coluna de iluminação junto ao mercado, uma vez que o senhor Presidente da Câmara prometeu que na semana a seguir estaria

colocada. Já passou muito tempo e continua tudo igual. Gostaria que o senhor Presidente tomasse esta situação em mãos.

HELENA PORTELA – PSD

A senhora Deputada fez neste período da reunião a intervenção que a seguir se transcreve: MANUAIS E MATERIAL ESCOLAR – “A Lei do Orçamento de 2016 veio consignar a atribuição gratuita de manuais escolares a todos os alunos do 1º ano de escolaridade, o que será posto em prática no ano letivo 2016/2017.

Em 2014/2015, o município de Amarante tinha ido mais longe estendendo a gratuidade de manuais a todos os alunos do 1º ciclo, complementando o que já era atribuído pelo Governo da República através dos escalões de Ação Social Escolar.

Em 2015/2016, ano letivo que agora finda, esta medida foi alterada por iniciativa do Sr. Vereador Pedro Barros, com o apoio dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Esta alteração, em termos práticos, traduziu-se na diminuição do raio de ação da medida, ou seja, menos alunos e, por conseguinte, menos famílias obtiveram apoio do Município para a aquisição de manuais escolares.

Em jeito de compensação e quase tentando “tapar o sol com a peneira”, os mesmos propuseram e fizeram aprovar a atribuição de subsídio para aquisição de material escolar para os alunos beneficiários do 1º, 2º e 3º escalões da Segurança Social, que frequentam a escolaridade obrigatória.

Quase findo o ano letivo, torna-se incontornável aferir os resultados destas medidas, pelo que os diretores dos agrupamentos de escolas, das escolas não agrupadas e dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo foram convidados a avaliar o impacto das mesmas.

Nas suas avaliações consideraram que, embora estas sejam boas medidas, o modelo aplicado no ano letivo 2014/2015, na atribuição de apoio para a aquisição dos manuais escolares, é muito mais eficaz na sua génese e também mais funcional do que o modelo aplicado neste ano. Consideraram, também, que a verba atribuída para aquisição de material escolar teve pouco impacto, sendo difícil a sua aplicabilidade por parte das escolas, pelo que seria mais funcional a operacionalização proposta inicialmente pelo Executivo o que, inclusive, permitia dinamizar o comércio local. Consideraram, também, que tanto os manuais como o material escolar devem ser entregues aos alunos no início de cada ano letivo e não por tranches, as quais não surgem em tempo oportuno e obrigam a um esforço financeiro das famílias.

Conclui-se, pelo que anteriormente foi dito, que a proposta inicial do Executivo de atribuição de apoio aos alunos através de um *voucher* endereçado ao encarregado de educação, no início do ano letivo, permitindo a aquisição dos manuais em qualquer papelaria ou livraria de Amarante, é a solução mais eficaz.

Não causa constrangimentos às direções das escolas; não causa constrangimentos financeiros às famílias e dinamiza o comércio local.

Mas causa constrangimentos políticos que estão na génese da mudança de paradigma e *modus operandi*.

Não agrada à oposição que seja a Câmara Municipal de Amarante a enviar o *voucher*.

Não agrada à oposição que todos os alunos do 1º ciclo sejam apoiados porque se deve “assegurar uma gestão rigorosa e transparente dos dinheiros públicos”. Sem dúvida que é uma obrigação de todos garantir a boa gestão dos dinheiros públicos e sem dúvida que todos queremos isso. A forma como o entendemos é que será diferente.

A este propósito, julgo particularmente interessante a vossa afirmação sobre a atribuição gratuita dos manuais escolares a todos os alunos do 1º ano do 1º ciclo do ensino básico que passo a citar: “Discordamos em absoluto desta medida que consideramos injusta para a sociedade no seu todo, dando a quem não precisa apoio que poderia e deveria ser canalizado para muitos outros igualmente necessitados”. No

entanto, para João Galamba, em declarações ao Jornal Público a 9 de março deste ano, esta medida “é uma alteração significativa e importante na questão do cumprimento de um princípio constitucional, que é a gratuidade do ensino, nomeadamente da escolaridade obrigatória”.

Assim sendo e perante opiniões diametralmente opostas, sugiro que, num ato de verdadeira solidariedade para com o Governo de António Costa, enviem esta vossa declaração para Lisboa na tentativa de que seja feita justiça.

Quem sabe, não poderá haver um rebate da consciência socialista e se trate de forma diferente aquilo que é diferente!”

ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse que ia abordar algo de positivo, porque também aconteceram coisas positivas nestes últimos dois meses em Amarante. É de importância, desde logo a inauguração do Túnel do Marão, uma obra importantíssima e que já justificou o investimento com a quantidade de veículos que o atravessam diariamente. É uma obra que está ao serviço das populações, sobretudo as transmontanas e num espírito de solidariedade, e eu associo-me também a esta grande obra.

Depois queria falar na segunda edição do Rali de Portugal nos atuais moldes. Acho que é um acontecimento digno de destaque porque traz muita gente à nossa terra que contribui para a sua divulgação pelo mundo inteiro. Parece-lhe que não se tem dado o destaque que o evento merece.

A terceira questão prende-se com as Festas do Junho e a sua perfeita organização. A feliz cobertura que a televisão fez contribuiu para que a festa fosse também vista por todos aqueles que não puderam cá estar. De destacar também a parte final das festas com a realização das Marchas Populares, que estão de facto a tornar-se num grande acontecimento desta terra que quase já ombreiam com as marchas de Lisboa. É pena que não tenham cobertura televisiva.

FERNANDO MIGUEL CARDOSO – MOVIMENTO INDEPENDENTE - AST

No uso da palavra, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Movimento Independentes "Amarante Somos Todos" congratula a Câmara pelas melhorias que estão a ser realizadas nas instalações desportivas, nomeadamente com o enlameamento sintético dos recintos desportivos de Vila Caiz, Freixo de Cima e da Lomba.

Aproveitamos para lembrar que o mérito da decisão tomada de submeter o processo a concurso público permitiu desenvolver mais benefícios aos jovens, aos clubes e à prática desportiva, pagando o Município bastante menos que os montantes da proposta inicial do PSD.

Além do acrescento de mais obra ao projeto inicial, verificou-se uma redução de custos ou ganho de 261.464,66€ relativamente à proposta colocada a concurso e de 211.868,73€ relativamente à proposta inicial.

Assim, podemos concluir que, com rigor e transparência, através do recurso aos mecanismos da contratação pública, é possível beneficiar o desporto com melhores instalações, permitindo um melhor futuro para os jovens sem comprometer a boa gestão dos dinheiros públicos.

Em conclusão, é caso para dizer que todos ficamos a ganhar.”

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que o Partido Socialista em Amarante mantém a posição que defendeu no passado ao contrário daquela que é a posição do PS no Governo, mas pelos vistos o PSD e o CDS em Amarante também têm uma posição contrária àquela que é a posição do seu partido. Não vemos grande drama nisto, mas

pelos vistos o PSD quer fazer drama. Quanto a enviar a proposta do PS ao Dr. António Costa, eu pergunto à bancada do PSD se também quer que mande a proposta da coligação ao senhor Dr. Pedro Passos Coelho?

Quanto à questão da proposta ser um modelo, como diz a proposta apresentada em reunião de Câmara pelo senhor Presidente da Câmara, que diz que foi pedido aos senhores diretores dos agrupamentos e às escolas não agrupadas uma avaliação daquela, nomeadamente no respeitante à sua praticabilidade... Eu admito que a questão de quem passa o cheque seja complicada, mas também admito que o senhor Presidente o queira fazer. É legítimo. Ganhou as eleições. E portanto em relação à questão da operacionalização da medida, o PS entende que isso não é o mais relevante. O PS entende que o que é importante é a proposta em si e a substância da mesma. E é isso que está aqui em causa; é a substância. Efetivamente a partir do momento em que o Governo entendeu alargar o ensino obrigatório até ao 12º ano, havendo condições para isso, deve assegurar que as pessoas tenham condições de estudar até ao 12º ano. Portanto, num mundo ideal é legítimo que se queira um ensino gratuito com manuais escolares gratuitos até ao 12º ano. Agora, também sejamos realistas. Os manuais que menos custam são os do primeiro ciclo. Aquilo que está na proposta do Governo e é da sua competência, é alargar o apoio a todo o primeiro ciclo. O PS continua a defender que quem tem condições, e não havendo condições de pagar a todos, se deve pagar àqueles que tenham maior dificuldades. Foi essa a proposta que o PS viabilizou. Discriminar de forma diferente aquilo que deve ser tratado de forma diferente. Se o Município tiver condições para poder subsidiar a todos, seria melhor apostar noutro tipo de atividades extensivas a todos, como sejam as atividades de enriquecimento curricular. Agora não venham aqui dizer que o PS está contra a política do Governo. Não está, mas registamos o voto de confiança que a bancada do PSD dá à política do Dr. António Costa.

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO INDEPENDENTE AST

Os deputados do Movimento Independente Amarante Somos Todos congratulam-se pela aprovação e pela votação que foi feita no passado dia 28 neste Executivo. Nós somos coerentes. A nossa posição sempre foi esta, independentemente da posição do Governo. O dinheiro não é elástico e o Estado deve pagar a quem precisa, e só a quem precisa.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que começava por realçar a ausência de todos os senhores Vereadores da Oposição, porque apesar de ser dia de jogo da Seleção ficaria bem que pelo menos um deles estivesse, até por uma questão de respeito a esta instituição.

Depois queria só fazer uma observação quanto à intervenção que o senhor deputado proferiu acerca da água, mas podíamos não estar com qualquer preocupação, se conforme nós votamos na altura, não tivesse havido a concessão da água e se assim tivesse sido, não estávamos aqui com problema nenhum. Agora o senhor Presidente e todos os Amarantinos têm este problema em cima que vai ter de ser resolvido. Felizmente que o senhor deputado não falou aqui no milagre da multiplicação e então já tinha aqui uma resposta. Como não falou não vale a pena.

Quanto aos placards, eu subscrevo a intervenção do senhor Pinheiro porque de facto aquilo é uma poluição ambiental grande, mas está lá um cartaz há muito tempo e que diz PS. Se calhar deviam tirar pelo menos esse placard.

Saliento a excelente intervenção da Dra. Helena Portela e também a intervenção do senhor Presidente da Junta de Ansiães. A intervenção do senhor Deputado do Movimento Independente que como de costume traz sempre qualquer coisa na manga, mas se houve poupança, ainda bem que a houve. Os Deputados estão aqui

para alguma coisa. Concerteza que a transparência e o rigor aconteceu até ao fim do processo.

Quanto à última intervenção, queria salientar que lhe pareceu demasiado negativa e com a projeção de uma certa reserva mental da senhora Dra. Octávia, líder da bancada do PS, relativamente ao facto de só ter distribuído a Moção ao Movimento Independente, numa espécie de vingança que não caiu muito bem. Depois, quem quer paga, quem quer não paga. Eu posso mandar ao Dr. Passos Coelho tudo aquilo que a senhora quiser. Tudo aquilo que é aqui falado pode ser mandado. Mas de facto também tem de haver coerência, porque vocês propuseram que quem tenha mais filhos pague menos IMI, mas quem paga IMI são proprietários que têm casas. Normalmente são pessoas com mais possibilidades do que muitas outras. Os proprietários de casas no nosso país ainda são pessoas com algumas possibilidades económicas. E também quando foi dos transportes até ao 12º ano, também não se importaram nada com a generalização e também aprovaram que fossem para toda a gente, quer pudessem ou não pudessem. Tem que haver coerência nestas coisas. Quanto aos manuais nós sabemos o que está em causa. Não podiam ser mandados, vouchers por parte da Câmara. Aliás a Câmara não precisa de mandar vouchers para ganhar eleições. Também não precisam de impedir que os mande para perder eleições.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse: "Nós já estamos habituados a que o Dr. Araújo venha aqui fazer as intervenções quase que pretendendo fazer-se substituir ao senhor Presidente da Câmara e àquelas que serão as suas respostas. Quanto a isso, já não estranhámos nada. Efetivamente o senhor Deputado tem um estilo que é sui generis. Já nos deixou aqui bem clara qual é a sua forma de reagir quando as intervenções o incomodam. Hoje parece querer guiar-se pelo mesmo caminho. Efetivamente repudiou a sua intervenção. Não reagiu com nenhuma reserva mental e estava bem consciente de tudo o que estava a dizer. Não há falta nenhuma de coerência no PS. Eu não percebo é como é que senhor vem para aqui dizer que quem tem uma casa tem posses. Isto não se compreende em lado nenhum. Não é razoável. São coisas completamente distintas. Aquilo que o PS apresentou relativamente à proposta do IMI, que decorre da lei do Orçamento de Estado, é apenas uma tentativa de minimizar os impactos que houve relativamente ao aumento do IMI e às pessoas que pagam este imposto. O senhor que certamente também paga e verificou que o imposto aumentou, apesar da Câmara de Amarante continuar a manter a taxa no mínimo, é portanto uma proposta razoável e justa. A realidade é que os salários dos portugueses têm vindo a diminuir fruto de muitas circunstâncias. Como as pessoas tem cada vez menos dinheiro, é razoável que o Município naquilo que pode e tem capacidade para o fazer, vá ajudando quem precisa. Exatamente por isso é que o PS também defende que a atribuição de manuais escolares, que o Governo já prevê, deve ser tratado de forma desigual daquilo que é diferente, ajudando quem mais precisa. E já agora, vamos dizer claramente, em que é que a proposta da Câmara, ao atribuir os livros aos alunos do primeiro ciclo, vai contribuir para a diminuição da taxa do abandono escolar? É isso que está em causa e é disso que estamos a falar. Esta medida não contribui para que isso aconteça, porque a diminuição da taxa só por si já se verifica. Aliás, estamos a falar de um valor que ronda os 50€, quando no segundo e terceiro ciclo estamos a falar de valores completamente diferentes. Isto é que é para elevar uma bandeira.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra disse que quem iniciou o processo de concessão das águas foi o PS, mas foi o PSD/CDS que veio concluir o processo.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que o que o orador anterior disse é falso. Não foi esta Câmara que concluiu qualquer processo. Aliás, o contrato até foi assinado em julho de 2013, como todos sabem.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra disse que ia avivar a memória do Dr. Araújo e se calhar a memória de mais alguns elementos do PSD. Foi a defesa da Câmara perante o Tribunal de Contas que defendeu a concessão das águas. O atual Presidente da Câmara deu continuidade ao processo respondendo ao Tribunal de Contas, defendendo o interesse na concessão e fê-lo ainda em nome dos outros concelhos aderentes. Além de defender o concelho de Amarante, defendeu também os outros, Tenho aqui comigo o documento da resposta ao Tribunal de Contas.

JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por responder ao senhor Deputado José Joaquim a quem disse que a intervenção que fez aponta questões pertinentes relativamente às obras na Linha do Douro. Há outras entidades preocupadas com estas obras, nomeadamente a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, órgão este que também já tomou uma posição e no seguimento da última reunião havida entre todos os autarcas da CIM Tâmega e Sousa, vai ser enviada uma carta a solicitar explicações a quem de direito, nomeadamente ao senhor Ministro e no que diz respeito a este interregno da obra. Logo que tenha informação disponibilizá-la-ei.

Relativamente à intervenção do senhor Américo Paulo, em que faz uma referência à intervenção que eu fiz aquando da inauguração da ETAR de Vila Meã, fico satisfeito por ter a mesma preocupação que eu tenho relativamente à incapacidade na gestão das Águas do Norte em baixa, e aliás, eu julgo que isso será por demais evidente, nomeadamente no que diz respeito às obras. Quando em tempos tanto se criticavam os funcionários da Autarquia, verifica-se agora que essas pequenas obras demoram, por vezes, meses. A reparação de fugas de água levam demasiado tempo a serem arranjadas. Erros nas faturas são muitos. O mesmo se passa com duplicação de faturas. É um desnorte total. É uma incapacidade total. E se o senhor põe em causa que eu não esteja atento ou que eu não tenha sido extremamente exigente com todos aqueles que fazem parte do Conselho de Administração, podem acreditar que sim. Aliás na recente despedida daquele que foi até há bem pouco tempo Presidente do Conselho de Administração das Águas do Noroeste e Vice-Presidente das Águas do Norte, eu disse-lhe que sempre nos demos um bocado mal, porque sempre estivemos de costas voltadas, mas apesar disso, sempre com muito respeito, porque a minha relação com as Águas é sempre complicada desde o segundo dia em que eu entrei nesta sala, porque logo no segundo dia, disse aos técnicos para não darem continuidade a uma reunião até pela deslealdade que as Águas tiveram para com quem tinha acabado de entrar. Diziam que iam fazer a primeira reunião, depois de terem assinado o processo em 6 de junho de 2011. A primeira reunião de concertação das obras que iam ser feitas era na quarta feira com a presença dos técnicos das Águas do Noroeste e dos técnicos da Câmara. Tinha entrado eu para esta casa na segunda feira anterior, quando vieram os técnicos dizer-me que ia haver uma reunião, à qual disse que sim, porque entendi que era apenas mais uma. Para meu espanto, disseram-me que era a primeira reunião, ao que, de imediato, disse para ser cancelada. Temos de ser sérios. Se acabamos de entrar, em primeiro lugar deviam ter falado com o Executivo que acabou de entrar. Depois foram muitas peripécias que talvez em setembro vos contarei com todos os detalhes. Caro senhor Deputado e respondendo também à sua última intervenção digo-lhe que foi o anterior Executivo que assinou. Obviamente que o novo Executivo quando entrou respeitou aquilo que foi

a deliberação da maioria. Eu sempre honrei os princípios, assim como a despesa que transitou para a sua gestão foi paga integralmente. As dificuldades que alguns senhores Presidentes de Junta encontraram, porque houve alguns ex-Presidentes de Junta que não honraram nem cumpriram os seus compromissos, aliás o senhor se calhar foi um desses, com a obra do Lar de Cepelos, eu próprio ajudei a cumprir e a responder àquilo que é o meu dever enquanto Autarca, porque acima dos nossos interesses está o interesse comum que é Amarante. É esse o meu dever e a minha obrigação. O senhor devia estudar convenientemente as coisas, não devia vir aqui falar só naquilo que ouve. Nestes processo estou a defender o interesse dos amarantinos e não faço como o senhor que quanto pior melhor. Nós na política temos de ter elevação, porque ser Presidente não é nada. É preciso saber estar. É preciso saber ser. Eu, nessa matéria não aprendo nada com V. Exa.

Respondeu de seguida ao senhor Deputado Manuel Pinheiro, a quem disse que fez reparos pertinentes que são legítimos. Eu também concordo com algumas das situações e por isso vou ver se ponho cobro a isso. Relativamente à questão do gás, tive recentemente a oportunidade de dizer ao senhor Diretor do DRCN que continuamos à espera de um parecer deles para resolver o problema da rua 31 de janeiro. Aliás, a Duriense Gás já apresentou um orçamento para resolver o problema de todas as caixas, principalmente das que estão destruídas, sendo que a maioria delas vão ser embutidas. Há duas que não vão ficar embutidas porque o edifício não o permite. O dito parecer é que tarda em chegar.

Relativamente à iluminação pública, tenho conhecimento que há alguma dificuldade em resolver o assunto. Os serviços da Câmara estão a tratar o assunto, mas têm tido também algumas dificuldades. Obviamente que é uma preocupação que vão tentar resolver.

Disse ainda o senhor Presidente da Junta de Ansiães que o rali dá visibilidade a todo o norte do país e Amarante fica bem neste processo porque grande parte dos troços percorridos no rali, aliás um terço, é passado em Amarante. Este ano tivemos a sorte de a RTP fazer a transmissão em direto. Amarante saiu a ganhar nesse aspeto. Aliás, os estudos que têm sido feitos falam num retorno da ordem dos cinco milhões de euros.

Relativamente às Festas do Junho acho que correram bem, e as marchas populares são algo que ajuda a engrandecer o programa. Eu fico muito satisfeito com as marchas porque vejo várias gerações a interagir, a integrar e a conviver. E depois é bom ver que as Juntas durante todo o ano continuam a abrilhantar o nosso território. Por isso estão de parabéns porque não as deixam cair, dando-lhes continuidade.

Relativamente ao senhor Deputado Miguel Cardoso e à sua intervenção sobre o investimento no desporto, eu não lhe sei responder se esse ato fez com que tivéssemos essa otimização porque há aqui uma coisa com a qual o senhor não entra em linha de conta; e onde eu não posso dizer-lhe que tenho razão ou o senhor dizer-me que eu não tenho, porque havendo um concurso público ou um convite a várias entidades, eu não consigo dizer-lhe qual seria o resultado final da adjudicação. Eu sei sempre que é muito abaixo daquele que se obtém quando é lançado um convite. Portanto, não pode fazer a afirmação que faz, e nem eu posso dizer que o convite a meia dúzia de entidades que também ficaria por este preço ou até mais baixo. É só um simples reparo, porque fazer essa afirmação não é correta de todo.

A Dra. Octávia fez as considerações que fez, mas claro que um dia mais tarde vai-se arrepender porque o Governo na iniciativa que tomou, e bem, relativamente aos livros escolares, porque está consagrado na Constituição a educação para todos e a sua gratuitidade. Este é um bom princípio, porque a educação, a saúde e a justiça são pilares que a sociedade deve ter em consideração. Quando nós vimos com a bandeira dos escalões eu pergunto: sabem que a partir de oito mil e poucos euros deixa de ter escalão. Digam-me os senhores se isso é um vencimento que dá para sustentar a

família com a dignidade que os senhores dizem?. Com esse valor, os senhores acham que essa gente é rica? Tenho pena que achem isso. Isto que estamos a fazer é política social que é para todos. Quando me vêm falar do IMI, que eu votei a favor, entendo que devia ser para famílias numerosas, porque aquilo que o Dr. Araújo diz é verdade; porque regra geral as pessoas que têm habitação é porque tiveram capacidade para a comprar e seguramente ganham mais que oito mil euros. Com oito mil euros duvido que tivessem adquirido uma habitação, a não ser que a tivessem conseguido por herança. Vejam a diferença. Entendem que quem tem um filho que entra como dedução na taxa de IMI que são cerca de 90% dos cidadãos amarantinos que a ela têm direito, como eu tive. Para mim, esta medida não é correta, mas já não digo o mesmo para quem tem famílias numerosas, porque para famílias com três ou mais crianças deviam ter isenção total, porque até precisamos de aumentar a população. Agora com um filho, isso sim é demagogia. Agora vir dizer que quem ganha mais de oito mil e oitocentos euros que nós não devemos ajudar a financiar no primeiro ciclo, e vejam que estamos a falar de famílias mais jovens que estão em início de vida, que estão em início de carreira. Isso é demagogia minha senhora. É por isso que eu digo que daqui por dois anos vamos falar. Vão aplaudir a iniciativa do Governo, porque daqui por dois anos já estamos a entrar na primeira fase em que para o primeiro ciclo é gratuito.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra disse ao senhor Presidente que ele ficava nervoso com as verdades. Aconselho-o a colocar este documento na página da Câmara. O senhor não gosta das verdades e faz afirmações falsas. Relativamente às Águas, disse-lhe que renovou a vontade de aderir às Águas, quando em 2015 ao proceder à entrega das Águas Municipais ao sistema das Águas do Noroeste, podia também em tempo útil, ter denunciado o contrato entre as duas instituições, ou pelo menos ter tentado saber qual seria o valor da denuncia do contrato uma vez que é a sua vontade. Agora, vem dizer que é contra, mas afinal veio dar seguimento ao processo, tentando fazer passar a ideia de que foram os anteriores Governantes os responsáveis pela concessão das Águas, ao mesmo tempo que o Município faz um encaixe de seis milhões de euros. Fizeram também a afirmação que o Dr. Armindo iria para a administração das Águas. Afinal, ele está aqui, é Presidente da Assembleia e é advogado em Amarante. Chegou a hora do senhor Presidente da Câmara falar verdade aos Amarantinos e dizer-lhes qual o custo da rescisão do contrato com as Águas do Norte, uma vez que na sua opinião o contrato não está a ser cumprido na íntegra. O PS continua a aguardar o debate público sobre o processo da concessão das águas. Fico a aguardar e não volto a falar neste assunto até que o debate se realize. Não deixarei de vir aqui para exigir que o contrato se cumpra. Quanto às insinuações que fez relativamente à Junta de Cepelos, não sei a que se estava a referir, porque quando eu saí da Junta de Freguesia de Cepelos, tinha quarenta mil euros em poupanças o que pode ser consultado na Caixa Geral de Depósitos e um adiantamento do PRODOR no valor de cem mil euros. Se quiser colocar mais alguma questão acerca da Junta, estou aqui para responder.

JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que no dia 24 de setembro gostaria que houvesse um debate público a vosso pedido para discutirmos esta matéria. É um sábado e vamos então falar de todo o processo. É melhor começar já a preparar uma resposta para esta questão que eu lhe vou colocar agora de antemão. Mas afinal os senhores também estão descontentes com o dito negócio dos seis milhões que eu desconheço e que provavelmente o Dr. Armindo também desconhece porque ele também não fez nenhum negócio com as Águas, mas o senhor dia 24 vai ter de explicar então que negócio foi

esse. Então o senhor também é contra como eu? Relativamente às contas de Cepelos eu não sei. O que sei é que ajudo qualquer Presidente de Junta que me peça ajuda, independentemente da sua política. É essa a minha obrigação. Amarante primeiro. Não é dizer: “Se ele não fizer obras, nós vamos ganhar eleições”. Caro amigo o senhor nunca ganhará eleições em Amarante.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra, disse ao senhor Presidente que ele se dirigia à sua pessoa como sendo uma pessoa desonesta e que não está aqui pelos interesses de Amarante. Isso é muito ofensivo porque eu podia vir aqui dizer a mesma coisa. Não o faço, porque a atitude está com quem a toma. Eu tenho a minha reserva e mantenho-a. Portanto não é sério vir aqui acusar os deputados de um forma agressiva, mostrando uma falta de educação. Se quiser respeito tem de o guardar.

Terminado este período da reunião, passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público, usando da palavra os que se inscreveram para o efeito. Assim, começou por intervir o senhor **HERNANI CARNEIRO**, que fez a seguinte intervenção: “Tenho uma ambição saudável quanto aos assuntos que tocam as nossas vidas, na nossa gente e na nossa cidade.

Esta minha paixão não me convence ser capaz de modificar o mundo, mas tenho interrogações permanentes quanto à falta de civismo de quem dele faz tábua rasa.

Há cerca de 3 anos, numa Assembleia Municipal realizada a 29 de abril, chamava a atenção para os cães à solta nas nossas ruas, passeios cheios de porcaria, e sendo já por demais conhecido o problema, saí convencido com as explicações do Senhor Presidente da Câmara quanto ao seu empenho no trabalho para uma postura municipal que disciplinasse esta indisciplina, que vem sendo tão discutida.

Que lamentavelmente se espalha também pela Ecopista, mesmo tendo o regulamento à vista. Quem tiver animais não pode livremente deixar conspurcar os passeios, ruas e zonas ajardinadas, passear nas ruas com os cães à solta, já que cada um não se compenetra do seu dever, a falta de civismo corrói, não somos só nós, mas de todos os que exigem respeito.

Vou juntar a esta minha intervenção uma foto de um cão, autêntica fera à solta na Ecopista, tirada hoje, dia 21 de Junho. Sem fiscalização atuante e sempre como resposta que a fera é mansinha, espero bem que não tenhamos um dia lamentar qualquer drama. Já que estou na Ecopista, queria também informar que num determinado ponto, depois do quilómetro um, está a desenvolver-se a urbanização de um loteamento, donde em tempo de chuva escorre muito areão, que se espalha pelo pavimento, e ali permanece tempos sem fim, e sem responsabilidades.

Depois quando falámos de desenvolvimento económico falámos também na proteção do ambiente e recursos naturais. Este empreendimento da nossa Ecopista, creio ter orçado em um milhão e quinhentos mil euros. Estou a escrever de memória. Será que o problema de uma pocilga a céu aberto, a funcionar no local que denominamos Curva da Ferradura, que em dias de canícula fica insuportável para quem aí passar com o cheiro pestilento dos porcos, vai virar uma chaga neste equipamento excepcional?

Quando tomámos conhecimento que o povo e as entidades turísticas do Algarve se opõem veementemente à exploração de petróleo e gás, percebemos melhor o seu empenho preferindo a preservação dos seus recursos naturais e conservação do ambiente mais sustentáveis para o seu futuro, assegurando uma melhor qualidade de vida para as novas gerações.

O Coronel Carvalho Lima, que durante 12 anos presidiu à nossa Câmara, tem o seu nome na toponímia local, na rua e bairro junto ao Tribunal da nossa cidade. O

pequeno jardim, ou melhor o que resta dele, logo no início do arruamento, onde está a placa aludindo ao acontecimento, dificilmente cumpre tão categóricas palavras, que deveriam ser um critério de justiça inscritas no granito.

Para terminar e para conhecermos a história, em 14 de janeiro deste ano enderecei uma carta ao Senhor Presidente da Câmara, dando conta de um grafitado nojento e pornográfico, nas paredes traseiras do Centro Cultural de Amarante. Por ali é um local de passagem para quem utiliza as escadas de acesso às Finanças, vários estabelecimentos, lojas e serviços, e é incontestável que estamos perante alguém desorientado. Tive resposta a essa carta em 3 de fevereiro, através do senhor Chefe de Equipa de Manutenção, informando-me que “foi autorizado a remover o grafitado das áreas vandalizadas e proceder à sua pintura”.

Em 31 de março lembrei o assunto, e sou informado com uma certa habilidade, que não me fez aceitar a resposta, “que os trabalhos aguardam oportunidade de execução, dado terem surgido trabalhos mais urgentes e as condições atmosféricas não têm permitido”. É a resposta mais lógica, mas algum planeamento já teria acabado com aquela porcária.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como não tenho o sentido da desistência, não desamparando nunca a paixão que todos temos pela nossa cidade, afinal um coeficiente importante de que não andamos todos longe destas realidades. Falta apenas um pequeno empurrão e pronto!!!”

Usou de seguida da palavra a senhora **ALCINA MEIRELES**, de Vila Garcia, que na sua intervenção referiu o encerramento de um caminho de acesso a um tanque, que no seu entender é público, mas que o senhor secretário da Junta de Freguesia, o senhor Albino resolveu fechar, impedindo dessa forma as pessoas de terem acesso à água do tanque. Ela própria não o consegue fazer, coisa que sempre fez porque o caminho era aquele e hoje como muitos outros não o pode fazer. Aliás, há uma decisão da Assembleia de Freguesia que tem de ser respeitada, decisão essa que obrigava a abrir o dito caminho e que até agora não foi respeitada. Portanto, a minha vinda aqui prende-se com o facto de querer saber hoje que caminho vou utilizar para ter acesso a um tanque e a uma água que sempre tive?

O senhor **JÚLIO COSTA**, também ele morador em Vila Garcia fez uma intervenção onde referiu o mesmo assunto da oradora anterior e que diz respeito ao encerramento de um caminho de servidão, no lugar do Barral, em Vila Garcia, caminho esse com saneamento e eletricidade. Referiu também que existe uma deliberação da Assembleia de Freguesia, no sentido de reabrir o referido caminho de servidão, deliberação que a Junta de Freguesia não cumpriu. Disse que contactou a Junta, mas esta disse que nada podia fazer porque se tratava de um caminho particular. Referiu ainda que o dito caminho foi encerrado pelo secretário da Junta, o senhor Albino Pinheiro, que ao fim de 36 anos na Junta, resolveu encerrar o caminho.

Vem por isso pedir ao senhor Presidente da Assembleia que interceda para que o referido caminho seja aberto, porque conforme consta na ata nº 49/2015, na rubrica toponímia proposta pela Junta de Freguesia os caminhos existentes na freguesia são de servidão e foram aprovados na reunião da respetiva assembleia de freguesia.

Por último usou da palavra o senhor **DANIEL BESSA**, morador em Freixo de Baixo, que fez a seguinte intervenção: “Na última Assembleia dirigi um requerimento ao senhor Presidente da Mesa exigindo que fossem retificadas as atas da Assembleia, em que participei e tive intervenção direta, no espaço destinado ao público. Atas que se encontram feridas de nulidade, por nelas não constarem as palavras insultuosas e injuriosas proferidas pelo senhor Presidente, palavras que feriram a minha honra e o meu bom nome e de um familiar meu, que é funcionária municipal nesta Autarquia.

O senhor Presidente, como tem sido seu timbre, insulta os cidadãos sem pejo, não assume as frases que profere, escondendo-se trás da neblina achando-se

superior a tudo e todos. Parafraseando o banqueiro Ricardo Salgado, “sou dono disto tudo”.

Senhores deputados, faço-vos daqui um apelo para que em conjunto façam valer o vosso estatuto de Deputado e exijam que as atas em causa sejam retificadas, com as palavras nuas e cruas com que o senhor Presidente da Mesa me brindou, para que a verdade dos factos não seja adulterada ao sabor da vontade daqueles que se acham os todo poderosos.

Os senhores Deputados perceberam que com estas tropelias, com este ziguezaguear que tentam fazer à democracia, a própria fica ao sabor daqueles que enchem a boca com ela, mas o lema dessas mesmas pessoas é o insulto mordaz e gratuito.

Senhoras e senhores Deputados, hoje estou aqui neste púlpito a exigir que a verdade seja reposta, amanhã poderão ser vocês ou os vossos a exigir que a verdade seja levada à letra e seja cumprida.

Senhoras e senhores Deputados, não deixarei de dar uma última oportunidade a quem proferiu tais palavras insultuosas e injuriosas a possibilidade de se retratar publicamente nesta Assembleia, e exijo um pedido de desculpas públicas e que fique a constar desta mesma ata com palavras escritas a negro para memória futura.

Senhoras e senhores Deputados se assim não acontecer não me restará outra alternativa que não seja apresentar queixa ao Ministério Público, por duas razões de certezas. A primeira é que as atas estão feridas de nulidade. A segunda é por ofensas, injúrias e vexame da minha honra, do meu bom nome e do meu familiar que é funcionária pública municipal.

Senhoras e senhores deputados, excelentíssima Câmara desde já vos dou conhecimento que farei chegar aos autos, os nomes de todo o Executivo e de todos os senhores deputados que estiveram presentes nas respetivas Assembleias.”

JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por responder ao senhor Hernâni Carneiro, dizendo-lhe que o problema dos animais já se arrasta há muitos anos. O Município de Amarante tem feito investimento no que a essa matéria diz respeito como por exemplo carros adaptados para aquilo que é prática que o Município deve seguir. Estamos agora a acabar o canil municipal, faltando apenas resolver as questões que têm que ver com o saneamento e a parte elétrica. Está ainda a ser construído um abrigo paralelo ao canil. Julgo que esse investimento faz todo o sentido. Quem ouviu o senhor Hernâni fica com a ideia que eu não tenho feito rigorosamente nada nesta matéria. O Município não tem qualquer culpa pelo facto de andarem animais soltos na ecopista. É lógico que se houver denúncia, alguém terá de tomar medidas. Agora, não sou eu, enquanto Presidente de Câmara, que tenho de estar atento a essas coisas. Tudo isto tem a ver com a falta de civismo das pessoas. É responsabilidade de todos nós denunciar todo aquele que abandona os animais. Isso é que eu gostava de ver. Tivemos algumas contrariedades e infelizmente o Serviço ficou algum tempo sem um responsável. Estamos neste momento a procurar dar uma solução ao problema.

Relativamente à resposta que diz que recebeu e que foi não ser prioritária a limpeza do grafiti, deixe-me dizer-lhe que temos prioridades. Por exemplo, no dia 10 de janeiro tivemos um prejuízo de cerca de um milhão de euros, por causa da intempérie, mas que de imediato passaram a ser prioridade, uma vez que foram derrocadas que aconteceram em todo o Município. E isto não é desculpa só porque há um grafiti. Um grafiti há-de ser limpo e prometo que vou mandar limpar. Mas primeiro, as prioridades, como por exemplo os caminhos que ficaram intransitáveis. Isto acontece e nós não temos assim tanta gente, contrariamente ao que se possa pensar. Apesar de tudo isto agradeço que me façam os apelos e nos chamem a atenção. Agora não quero que pensem que estamos a tentar sacudir a nossa responsabilidade. Os técnicos da

Câmara têm-se desdobrado, e por isso presto-lhes daqui o meu tributo, para tentarem resolver aquilo que são realmente as grandes preocupações que o Município atravessa e que temos de resolver. Todos os dias os senhores Presidentes de Junta me mandam e-mails para que se resolva isto ou aquilo, porque eles entendem que é prioritário. Eu tenho de responder a isso. Muitas vezes também não é tão rápido como gostaríamos, porque tem de se ver a quem vamos acudir em primeiro ou em segundo lugar.

Quanto à resposta à questão da senhora Alcina e do senhor Júlio, se o senhor Presidente da Assembleia não visse qualquer inconveniente e como está aqui o senhor Presidente da Junta, podia ser ele a responder, porque estamos a falar em questões que se prendem com a Junta de Freguesia.

O senhor **PRESIDENTE DA MESA** respondeu-lhe que não era bem assim, porque “segundo o que está na comunicação que me foi feita, trata-se da água que era utilizada na rede de distribuição pública. Seria portanto uma água que estaria sob a administração do domínio municipal porque era a água que era distribuída em Vila Garcia antes de haver rede pública”.

Se o senhor Presidente da Câmara quiser remeter o esclarecimento desta questão para o senhor Presidente da Junta, está autorizado a fazê-lo. Contudo o senhor Presidente da Junta sujeita-se ao contraditório, porque se os visados quiserem intervir estão também autorizados a fazê-lo.

ANTÓNIO CÂNDIDO PINHEIRO – PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ABOIM, VILA GARCIA E CHAPA

No uso da palavra disse que ia começar a falar do caminho do Tanque do Muro, porque foi o que deu polémica. Este caminho já existe desde o início da toponímia em Vila Garcia. Em Vila Garcia fizeram a toponímia e esqueceram-se de lançar a toponímia do caminho do Tanque do Muro. No primeiro estudo para a toponímia o referido caminho não existia. Entretanto a D^a Alcina escreveu uma carta à Junta a perguntar pelo caminho do Vale Sereno. Entretanto o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu-o para lhe dizer que não estava interessado em saber da história da toponímia de Vila Garcia, mas queria apenas que respondesse às questões que lhe foram colocadas pelos cidadãos de Vila Garcia. Continuou a intervenção para dizer que as pessoas pouco interesse tinham no caminho até porque há uns sete ou oito anos que não o usavam. Daí, o tanque estar cheio de terra até ao topo. Ninguém usa aquela fonte. O caminho do Tanque do Muro está entregue a um advogado, e as pessoas sabem disso. Aliás na Assembleia de Freguesia recentemente realizada ninguém levantou qualquer questão acerca do assunto, porque se o tivessem feito tinham na altura sido esclarecidas. Eu tentei abrir o caminho, mas como toda a gente ouviu na Assembleia, o senhor Manuel Silveira disse que daria um tiro a quem o abrisse. Vamos então tentar abri-lo pelas vias judiciais, embora já ninguém se sirva da água há mais de vinte anos. A Junta está a cumprir a deliberação da Assembleia de Freguesia e por isso entregou o caso a um advogado.

O segundo caso refere-se a um outro caminho, que também não consta na toponímia e serve duas casas. A primeira obra que eu fiz foi no caminho do Barral. Perguntei nessa altura ao senhor Rodrigo e ao Manuel Guerra qual era o caminho público, ao que eles responderam que era o do Barral. Ninguém me disse que era público ou de servidão. Foi esse que eu pavimentei. O secretário da Junta, que é um cidadão como outro qualquer, é o dono dos terrenos envolventes. Fez uma vinha e cortou o caminho. Quando recebi queixas dos moradores alertei o senhor Albino, o Secretário da Junta, que não podia fazê-lo tendo obtido como resposta que o caminho era de servidão, para uso dele e do senhor Álvaro. Entretanto o senhor Rodrigo, o senhor Manuel Guerra e o filho Daniel estiveram presentes numa reunião da Junta e disseram que o caminho era de servidão. Se é de servidão, a Junta não tem de fazer nem faz aí qualquer obra. É isso que eu tenho de dizer ao povo.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse à senhora Alcina que o que o senhor Presidente da Junta disse é que iria propor uma ação. Com ou sem convicção, disse que o iria fazer. Digo-lhe com toda a certeza que se se trata de um caminho de servidão a Junta não tem de o pavimentar. Agora eu tenho conhecimento que há muitas Juntas que pavimentam caminhos de servidão e não pavimentam os públicos.

A senhora Alcina Meireles disse que se realmente a questão foi entregue a um advogado, ele já teve muito tempo porque desde 23 de dezembro até agora já teve tempo mais que suficiente para resolver o assunto.

O senhor Júlio Carlos disse que não pede mais nada que não seja o cumprimento das atas. "Ou as atas são só para cumprir aquilo que nós queremos? É que em Aboim existiu uma situação igual e aí já se respeitou a decisão da Assembleia de Freguesia. Em Vila Garcia não vale porque se trata do senhor Secretário da Junta. Fez a mais dois metros de vinha e uma intervenção no talude da estrada que nem um caminho de suporte tem. Gostava de saber como é que isso fica?".

Por sua vez o senhor Hernâni Carneiro, disse que fez a sua exposição na qualidade de cidadão Amarantino e que gosta muito de Amarante, mesmo sabendo que não tem o exclusivo. Disse que como o senhor Presidente sabe, já foi Vereador deste Município e sabe muito bem como é que se pode dar a volta ao texto. Às vezes custa-me ver determinadas situações que não me agradam a mim nem a outros cidadãos. Gostava que tivessem outro andamento. Neste mesmo dia em que fui à ecopista, no dia 23 de junho, andava um motorista e mais três colegas a pintar os tranqueiros. Parece-lhe que a limpeza dos grafitis seria mais importante. Na zona do Solar dos Magalhães andam sempre por ali cães que assustam as pessoas. Era preciso disciplinar aquela zona.

O senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que estivesse descansado, porque quando os animais tiverem personalidade jurídica, nós submetemo-los a julgamento.

Terminado este período da reunião, passou-se de imediato ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que pela análise que fez ao relatório, congratula-se pela boa situação financeira que o Município apresenta. Destaca também a presença na inauguração de uma obra, que é o Túnel do Marão, que para além de ser um grande feito para a engenharia portuguesa, esta obra é acima de tudo uma obra grandiosa nas grandes facetas do desenvolvimento. É uma boa obra para a segurança. É uma boa obra para o turismo. É uma boa obra em termos sociais. É uma boa obra para as zonas rurais. E é também uma boa obra para a economia porque vai contribuir para o desenvolvimento da região e em particular do nosso concelho, tornando mais qualificada e competitiva esta região. Acima de tudo achamos que este é um momento grande, é um momento de descentralização que é pouco habitual no nosso país.

PONTO Nº 2 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO À MARGEM DA EX.EN312 – COSTA/FRIDÃO

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, tendo sido posto de imediato à votação. Foi o mesmo aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA

Começou por usar da palavra a senhora **VEREADORA, DRA. LUCINDA FONSECA**, para justificar uma adenda aos documentos iniciais, que previamente foi distribuída a todos os membros da Assembleia. Assim, começou por dizer que pediu ao senhor Presidente da Assembleia que fizesse distribuir quatro páginas que contêm uma correção ao volume um da Carta Educativa, porque apenas na semana passada verificaram que no texto trocaram a margem direita com a margem esquerda. Foi um documento sobejamente discutido e concerteza lido, mas mesmo assim passou esta pequena gralha. Levamos então esta errata à reunião de Câmara que aceitou retificar o documento, uma vez que se tratava de um lapso.

Inscreveram-se, para discutir este ponto os senhores:

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra, a senhora Deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “A proposta de Revisão da Carta Educativa que agora se discute, decorre de uma necessidade incontornável de atualizar o documento que estava a vigorar desde 2007, o qual, naturalmente, estava obsoleto, apesar do ensaio de revisão feito em 2011.

Esta proposta resulta do trabalho efetuado por uma equipa externa da UTAD, coordenada pelo Prof. Dr. Ricardo Bento, no âmbito da caracterização do território e análise do impacto da evolução demográfica na população estudantil projetado em duas etapas, 2018 e 2023, em cada Freguesia do Município.

Resulta, também, de um trabalho conjunto de diversas entidades com verdadeiro espírito de cooperação e com o objetivo único de dotar o Município de Amarante de um instrumento de trabalho coerente e consistente que permita adequar a rede de infraestruturas de educação e de ensino à procura previsível, até ao ano letivo 2023/2024. Deste processo, salienta-se a abertura do Município à colaboração de todas as entidades que poderiam dar um contributo na revisão deste documento, nomeadamente:

- os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas
- os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo
- os presidentes das juntas de freguesia
- os partidos políticos com e sem assento nesta Assembleia Municipal
- o Conselho Municipal de Educação.

Quanto a este último, refira-se que, em abono da verdade, nunca reuniu tantas vezes como durante este processo, nunca foi chamado a pronunciar-se sobre a “educação municipal” ou sobre a Carta Educativa como agora, embora uma das suas competências seja a de acompanhar o processo de elaboração ou revisão da Carta Educativa, enquanto órgão consultivo.

Nesta revisão, houve, naturalmente, uma **opção política**, com consciência social, por escolas de proximidade, ou seja, junto dos aglomerados populacionais, promovendo a coesão social e territorial, a fixação das famílias nos seus locais de origem, onde têm as suas raízes e a sua identidade, retardando, deste modo, a desertificação das zonas rurais. Esta opção política fez-se em detrimento de uma opção meramente económica de construção de centros escolares a granel que promove uma escola “centro comercial” onde é servido um ensino em formato “pronto-a-vestir”. Por isso, a opção política foi, é, e espero que continue a ser apenas esta: primeiro as pessoas; primeiro a qualidade de vida dos amarantinos.

A declaração de voto dos senhores vereadores do Partido Socialista relativa a esta proposta de Revisão da Carta Educativa, suscita-me ainda as seguintes considerações:

- afirma que “a solução de abandono do projeto do Centro Escolar de Vila Meã tem custos financeiros acentuados e perdas pedagógicas ainda maiores” – neste aspeto particular da pedagogia, gostaria de saber qual o estudo que fundamenta esta afirmação pois é uma afirmação séria e grave, que não deveria ser feita de ânimo leve, até porque envolve outras entidades para além da Câmara Municipal, nomeadamente a DGEST;

- afirma que houve “decisões políticas que se traduziram em gastos elevadíssimos”;

- afirma que “a intervenção nos P3 só tem de positivo a recuperação do património”;

- e pergunta se “já se fizeram as contas”.

Vamos por partes:

- relembro que o quadro comunitário não contempla apoios à construção de novos edifícios escolares;

- relembro que há financiamento disponível para recuperação dos edifícios escolares existentes, no valor de 1.300.000,00€;

- relembro que houve candidatura das obras dos P3 ao *overbooking*, tendo-se conseguido uma verba de cerca de 430.000,00€.

- e Sim! Já se fizeram as contas!

No caso de Real, que parece ser o que mais incomoda o Partido Socialista, as contas são estas:

1ª fase: 299.934,95€ de valor final da empreitada com participação de 212.755,83€ de *overbooking*, o que resulta num custo de 87.179,12€ para o Município;

2ª fase: 336.094,14€ de valor de adjudicação com participação de 127.500,00€ do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, o que resulta num custo de 208.594,14€ para o Município;

Aquisição de terreno para construção do **Jl de Real:** 130.00,00€, sendo este custo da responsabilidade total do Município;

Construção do Jl de Real: 250.000,00€ estimados com participação de 100.00,00€ do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, já negociados e cativos para este fim.

Feitas então as contas, os gastos do Município com a recuperação e remodelação da infraestrutura escolar de Real ficam em **575.773,26€**, ou para facilitar a leitura, em 600.000€, o que perfaz um custo de cerca de **102.000€** por sala, por contraposição aos **3.996.331,75€**, quase 4 milhões de euros, estimados para a construção do Centro Escolar de Vila Meã, que perfaz um custo de cerca de **220.000€** por sala.

Onde estão afinal os gastos elevadíssimos? Permitam-me que lhes devolva a pergunta, os senhores já fizeram as contas?

Para terminar, um outro ponto da declaração dos senhores vereadores do Partido Socialista que me chamou a atenção foi a deslocação dos alunos de Jazente e S. Simão quando deixarem de estar reunidas as condições para manter abertos esses equipamentos escolares. Os senhores consideram que estas crianças devem vir para a Escola Básica Ilídio Sardoeira, na Madalena, pergunto:

- porquê esta solução quando Gondar tem as infraestruturas adequadas para acolher estes alunos, tem qualidade na oferta educativa, é mais próximo dessas freguesias e beneficia de rede de transportes adequada?

- porquê desconsiderar a proposta da Sra Diretora do Agrupamento de Escolas de Amarante que, salvo melhor opinião, é quem melhor conhece a realidade educativa destas escolas? Porque foi da direção do Agrupamento de Escolas de Amarante que partiu a proposta de deslocação dos alunos de Jazente e S. Simão para Gondar; porque essa proposta foi analisada na reunião de 29 de fevereiro de 2016 do Conselho

Municipal de Educação e teve a anuência de todos os presentes. E, por isso, foi incluída na proposta de Revisão da Carta Educativa, agora em apreço”.

RUI MIGUEL BORGES – MOVIMENTO INDEPENDENTE AST

O senhor deputado, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: “Permitam-me iniciar esta minha intervenção com uma declaração de interesses, já que sou membro da direção da Associação de Pais da Escola EB1/JI de S. Gonçalo - APRIMARANTE.

Este é um documento que tive oportunidade de seguir nas minhas funções de dirigente associativo e, portanto, com algum conhecimento de causa. No entanto, neste fórum não represento a Associação de Pais.

Este é um instrumento municipal "de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos" como menciona o artº10.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e sugere que deve ser considerado "o quadro do desenvolvimento sócio demográfico de cada Município".

Relevo a forma estruturada como este conjunto de documentos que compõe a carta educativa com detalhe suficiente que permitirá suportar de forma mais consistente algumas das decisões políticas futuras.

No entanto, não posso deixar de mencionar algumas imprecisões que são importantes corrigir de forma extraordinária durante o ano de 2017 e que todos conhecemos. São elas:

- Refletir decisões governamentais que possam vir a ser tomadas relativamente ao Externato de Vila Meã;
- Atualização dos dados demográficos no que diz respeito à variação da população. Os dados em análise tiveram em conta os anos de 2001 e 2011 e como sabemos os últimos anos foram potenciadores de um agravamento da problemática da desertificação, quer pelo fenómeno da emigração, quer por deslocalizações das famílias para os grandes centros;
- Correções necessárias às descrições dos equipamentos. A título de exemplo, a Escola da Sede aparece agregada com a Escola do Barracão e não é descrito o edifício da cantina.

Aproveito ainda este momento para, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Senhora Vereadora da Educação para expressar algum desapontamento por não ver a Escola da Sede "contemplada" com uma requalificação. Todos conhecemos e reconhecemos (acho que posso dizer assim) que esta é uma escola em que o desequilíbrio entre o espaço físico e número de alunos é notório.

- A capacidade das próprias salas não foi ajustada ao acréscimo de alunos por turma
- As zonas cobertas de recreio não têm capacidade para o atual número de alunos
- A cantina não está adequada ao número de alunos que atualmente a utilizam. Quer no espaço reservado a cozinhar, quer no espaço reservado aos alunos.

Para além disso existem lacunas que urge colmatar no que toca a segurança, salubridade e conforto (zonas de sombra no recreio e cobertura para dias de chuva).

Obviamente que reconheço o esforço deste executivo em corrigir algumas situações mais urgentes, mas sendo a maior Escola Básica do Concelho, esperava uma maior agilidade na decisão de se avançar com uma intervenção mais profunda.

Não obstante, consideramos este documento importante para a prossecução do planeamento, apetrechamento e manutenção dos edifícios, assim como a dotação de meios humanos não docente, e portanto, o Movimento Amarante Somos Todos votará favoravelmente este documento”.

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE JAZENTE

No uso da palavra, fez a seguinte intervenção: “Na qualidade de Presidente da Junta da freguesia de Jazente venho publicamente manifestar o meu repúdio, depois do encerramento da EBI, mais uma vez, a freguesia de Jazente estar a ser lesada com mais uma proposta, desta feita relativamente à Carta Educativa.

O nosso Jardim de Infância tem atualmente 11 crianças. Partindo do pressuposto que as freguesias vizinhas preferem trazer os filhos para o Jardim de Infância de Jazente, até porque sempre fica a caminho, este último poderia continuar em funcionamento por preencher os requisitos legais.

Sendo assim, porque é proposto o seu encerramento?

Dizem que foi o Agrupamento.

Pergunto: quem decide é a Câmara? É esta Assembleia? Ou é o Agrupamento?

Todos sabem que Jazente é uma freguesia essencialmente rural.

Aqueles que não trabalham na agricultura deslocam-se maioritariamente para a margem direita do Tâmega. Logo, o seu trajeto habitual é dirigir-se para a cidade.

Num primeiro momento, o Jardim de Infância de Jazente era para se deslocar para o de Padronelo.

Nesta nova proposta, o Jardim de Infância de Padronelo encerra e as crianças de Jazente vão para o Jardim de Infância de Gondar. O que se traduz num sentido inverso ao da maioria dos habitantes de Jazente.

Nada tenho contra o Jardim de Infância de Gondar, seus utentes e colaboradores.

Contudo, quer na defesa dos interesses dos residentes em Jazente, quer por uma questão de realismo, não posso aceitar a solução que é proposta.

Daí o meu voto contra”.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, a senhora deputada disse que a bancada do PS vai nesta Assembleia e relativamente a este ponto, assumir a posição de voto dos Vereadores do PS na Câmara. Efetivamente a Carta Educativa foi um documento amplamente discutido, que envolveu toda a comunidade escolar e todas as Juntas de Freguesia. Na opinião do PS o documento tem alguns erros. Esperamos que as expectativas da Câmara correspondam à realidade. Também não será esta aquela que seria a opção do PS relativamente à questão de Vila Meã, mas obviamente o PS tem de aceitar o resultado das eleições e quem está à frente dos destinos do Município apresenta uma solução diferente e nessa perspetiva fazer só contas de números, quando efetivamente aquilo que está em causa é se a melhoria que poderia acontecer com um projeto para um Centro Escolar em Vila Meã não seria melhor do que aquela proposta que aqui está em causa. Portanto não vamos estar aqui a fazer contas a valores que ainda não possuímos, valores esses que até terão a ver com alguns dos pontos que vêm a seguir, nomeadamente a aquisição de terrenos. Importa também fazer aqui uma referência aos senhores Presidentes de Junta porque obviamente este é um documento que define uma opção estratégica para o Município. Nessa perspetiva também se compreende que nem sempre se agrada a todos os Presidentes de Junta. Também é bom referir que o senhor Presidente da Câmara no passado tinha dito que relativamente aos Jardins de Infância nenhum seria encerrado e a proposta que aqui nos traz não é essa. Os Jardins de Infância, localizados em freguesias mais rurais acabam por criar nessas freguesias alguma dinâmica. Sendo assim o PS vai abster-se, sendo que os senhores Presidentes de Junta têm liberdade de voto.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que gostava muito que se construísse o que estava planeado, que era um centro escolar em Vila Meã, porque era sinal que tínhamos muitas crianças. Mas temos de ser realistas nestas coisas. Para além do dinheiro envolvido e também pelo facto do Quadro Comunitário não apoiar a construção de centros escolares. Por isso mesmo é que o PS na Carta Educativa de 2007/2008, previa a construção de 18 Centros Escolares, mas com a revisão feita pelo Dr. Abel Coelho em 2011, passou de 18 para 11, logo aí diminuiu 7, e bem, porque os alunos também diminuíram. É pena que o Quadro Comunitário não apoie a construção de Centros, mas também não há crianças, embora seja preciso encontrar soluções para reverter este processo. Feitas as contas, acaba por poupar-se dinheiro satisfazendo mesmo assim as necessidades existentes. É isso que importa. Esperemos que não seja criado outro problema pelo atual Governo quanto ao Externato de Vila Meã, mas para isso temos de estar todos unidos e não haver algumas nuances como já houve e que não levaram à coesão que seria necessária.

Queria também felicitar o Executivo porque esta Carta Educativa é um documento estruturante para o nosso concelho e ao que eu pude perceber, é bem elaborado, coordenado por profissionais, e como aqui foi realçado pela Dra. Helena Portela, toda a gente foi ouvida: a Comunidade Educativa, os Partidos Políticos, os Encarregados de Educação, o Conselho Municipal de Educação que é uma estrutura que tem funcionado muito bem, com o reconhecimento das entidades da educação regionais. Apesar de tudo isto, os Vereadores do PS abstiveram-se. Estavam no seu direito. Pensa que uma das razões dessa abstenção foi desfeita pela Dr^a Helena Portela e teve a ver com os custos envolvidos. De todo o modo, a realidade é que com o documento todos ficamos a ganhar. É claro que serão precisos ajustamentos. É claro que os dados de referência terão de ser atualizados com frequência porque vão alterando. Ficamos com um documento essencial para planearmos a educação aqui em Amarante. Por isso ficamos todos a ganhar e vamos votar a favor.

LUCINDA FONSECA – VEREADORA

No uso da palavra começou por dizer que aquilo que o atual Executivo hoje defende é o mesmo que defende desde o primeiro momento. Nenhum Jardim de Infância será encerrado por proposta do Município. A quem cabe a competência para encerrar é à DGEST quando não coloca nos Jardins os professores. Aquilo que nós propomos na revisão da Carta Educativa, é apenas o planeamento baseado numa estratégia para não se fazer uma alocação casuística dos alunos face àquilo que poderá acontecer. Tão somente isto.

Em relação àquilo que o senhor Deputado Rui Borges falou, disse-lhe que ele sabe muito bem que temos tido muitas reuniões, assim como sabe também qual a estratégia e o que está planeado para a Escola da Sede. Também sabe muito bem que neste momento há muito mais alunos do que aquilo que é o público alvo normal daquela escola. Também sabe que todos nós esperamos que grande parte desses alunos, que diz estarem a sobrelotar a escola, regressem à escola do Barracão. Mas também sabe que aquela escola já teve muito mais alunos do que aqueles que tem agora. É verdade que se funcionou mal no passado, não devemos querer que continue a funcionar mal agora. Também sabe muito bem que essa situação ficará em breve resolvida. Sabe ainda que todos os pedidos que a APRIMARANTE, e a sua Diretora têm feito, têm sido satisfeitos, dentro daquilo que é possível. Agora, reconstruir uma cantina exige tempo. Em relação à questão do senhor Presidente da Junta de Jazente, disse-lhe que esta Carta Educativa não propõe o encerramento do Jardim de Infância de Jazente. O que diz é que se a médio ou longo prazo deixar de ter alunos suficientes para que a DGEST coloque lá professores, possamos saber para onde vamos levar os alunos. E a proposta inicial da Carta Educativa, quando foi apresentada a discussão,

era que esses alunos, quando, e só quando, essa situação se verificar, pudessem ser alocados ao Jardim de Infância de Padronelo. Na reunião do Conselho Municipal, onde foi discutido esse assunto, por proposta da senhora Diretora, que julga ser a pessoa que melhor conhece aqueles alunos e a afluência da própria escola, pôs à votação a proposta para que esses alunos fossem para Gondar porque a escola de Gondar tem boas condições. Foi avaliado por todos os membros do Conselho Municipal de Educação e unanimemente todos concordaram que caso aconteça a situação de não terem professor transitariam para Gondar.

Em relação às questões que a senhora Deputada Dra. Octávia colocou, disse que concerteza ela saberá que também fazemos contas. Na Carta Educativa que ainda está em vigor, havia efetivamente a proposta para a construção de um Centro Escolar em Vila Meã, com 12 salas para o Primeiro Ciclo e 6 salas para Jardim de Infância. Fizemos as contas e para não dizerem que desistimos só porque sim, chegamos à conclusão que Ataíde terá em 2016/2017 54 alunos confirmados e validados. Oliveira como sabe não tem Jardim de Infância, prevemos que tenha 12 alunos em 2016/2017. Real, dos 81 alunos que tem e saindo 16 do quarto ano e entrando 25 do pré-escolar terá 90 alunos. A Carta que ainda está em vigor diz que o Centro Escolar podia alocar os alunos de Felgueiras, - Mancelos. Eu incluí esses alunos para fazer as contas. Cinquenta e cinco alunos este ano, 17 que saem, 20 que entram, dá 58. Todos estes números perfazem um total de 214 alunos. Ora se formos fazer as contas pelo número de alunos que cada sala pode comportar, sendo que estes números são definidos pela DGEST, dá-nos 8,27 turmas, mas nós sabemos que os alunos de Trouxaíno vão para o Acácio Lino. Das vossas salas, prevendo na melhor das hipóteses essas nove salas e partindo do princípio que segundo a vossa orientação são os alunos de Felgueiras que não foram para Vila Meã e que também não foram para o Acácio Lino, iriam todos para o hipotético Centro Escolar, das nove salas, para doze, sobriam três salas. Como sabemos que os alunos de Felgueiras não estão a ir para o Acácio Lino e sabemos também que não iriam para Real, e desses 214, se eu lhe tirar os 58, ficaríamos com 156 alunos a dividir por 26, dá-nos 6 salas. Neste momento se tivéssemos optado por essa solução estaríamos com um Centro Escolar, só no primeiro ciclo, com seis salas vazias tal como acontece no Acácio Lino, não neste momento porque está a acolher os alunos do P3 de Real que está em obras.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que não falou em contas. Quem trouxe para aqui as contas foi a senhora Deputada do seu Partido. Eu apenas vim defender aquela que é a proposta do PS para a região de Vila Meã. Continuamos a entender que se devia optar por um Centro escolar de raiz. Agora aquela proposta da Carta Educativa de que estamos a falar e que a senhora está agora a comparar e cuja monitorização aconteceu em 2011, as coisas evoluíram e efetivamente evoluíram desfavoravelmente. A necessidade hoje, e a considerar que serão reais os dados que estão apresentados e que este estudo consubstancia e de que nós temos dúvidas, efetivamente a realidade mudou muito. Como a Carta Educativa é um processo que está em constante monitorização e atualização para que não se verifiquem alguns erros que eventualmente possam ter sido cometidos no passado. Portanto quanto a isso estamos todos de acordo. Mas seria preferível no que a Vila Meã diz respeito se optasse pela construção de um Centro Escolar, como se defendeu em tempos a construção em Mancelos e um Centro escolar em Figueiró. O PSD defendeu a construção desse Centro Escolar. Aliás, deu origem a grandes placards após a publicação da Carta Educativa a não construção dos centros escolares e o PSD veio na altura defender todos eles. Hoje, pelos vistos reconhece que estava errado. Não há mal nenhum em assumir que está errado. Muito pelo contrário. Agora o PS não estava errado ao

defender a construção do Centro Escolar em Vila Meã e continua a manter essa opinião.

Relativamente às questões dos Jardins de Infância, registamos com agrado a referencia que a senhora Vereadora e o senhor Presidente fazem quando dizem que nenhum Jardim de Infância encerrará. Já não registámos com o mesmo agrado que nenhum Jardim encerre sob proposta da Câmara. Apesar de hoje estarmos aqui a discutir a revisão da Carta Educativa, está já previsto o encerramento da escola de Oliveira e a de Ataíde. Nós também sabemos como as coisas se podem fazer, para que no futuro possamos dizer que foi a DGEST que pediu o encerramento. Em tempos, discutimos aqui o encerramento das escolas de Vila Seca e de Gondar, onde também houve muita responsabilidade da Câmara no encerramento antecipado daquelas escolas.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que o placard do PSD estava muito bem. Mas isso foi em 2007/2008. Na altura havia fundos estruturais para apoiar a construção de centros escolares. Ainda se justificava a construção da maioria deles porque havia alunos para isso. Os Municípios aqui à volta já tinham construído 4, 5 ou 6 vezes mais que Amarante, que só tinha construído um ou dois. Por isso na altura, justificava-se esse placard e justificava-se essa construção. Se na altura se tivessem construído os Centros Escolares, que estava previsto construir, é claro que com a evolução que houve, íamos chegar à conclusão que eram centros escolares a mais. Mas nessa altura estávamos em 2007/2008. Como é que se argumenta contra isto? O PS continua a dizer que é necessária a sua construção. Então construísem-nos quando foi necessária a sua construção, quando havia dinheiro dos fundos europeus para os construir. Quando sabem que a realidade é totalmente diferente vêm aqui dizer que continuam com a ideia de construir um centro escolar aqui, ali e acolá. Isto politicamente não é sério, porque sabem que a realidade se alterou de uma forma muito significativa. Como é que se debate isto? O PSD reconhece agora que não eram precisos tantos centros escolares, mas o PS não diz isto. Porquê?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a grande diferença entre o PS e o PSD é esta: É aqui que os senhores Deputados nunca nos entenderam quando o nosso antigo Presidente dizia que não malbaratava o dinheiro público. A diferença é esta. O senhor continua a defender que nós devíamos ter construído os centros escolares apesar de saber hoje que eles estavam vazios, e aquilo que nós dizemos é que apesar do dinheiro ser dos fundos comunitários nós fazíamos os investimentos que tínhamos programados. Não íamos fazer os investimentos só porque estava lá o dinheiro disponível. Nós fazíamos os investimentos em função daquilo que eram as nossas prioridades. Ninguém disse aqui que o PS não reconhece que estava errado na proposta inicial dos centros escolares. Diminuiu-os. Não faz mal nenhum que alguém reconheça que esteve errado quando propôs os centros escolares. Relativamente a Vila Meã continuamos a entender que sendo a segunda zona urbana do município que deveria ter sido construído um centro escolar em Vila Meã. É um facto. É a nossa posição e aí estamos em desacordo convosco. Mas não é por isso que inviabilizamos a Carta Educativa.

JOSE LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que isto é uma discussão que não leva a lado nenhum. Aliás, dizer que em Vila Meã nós não estamos a construir um edifício para dar resposta àquelas crianças é falso. Nós neste momento estamos a fazer a recuperação de um belíssimo edifício com sete salas que vão dar resposta integral

àquilo que é o universo das crianças que para lá drenam. Esta é a resposta. Agora senhora Deputada aquilo que a senhora está a dizer e a lembrar do passado, é dizer que com base nas informações que os senhores me fizeram chegar, que nós validamos. Agora com base nas informações que nós prestámos têm também que validar. Não é vir agora com atoarda dizer “você não fizeram contas e deviam ter gasto quatro milhões”. Isso é que não é correto, quando nós estamos a poupar três milhões e trezentos mil euros. A senhora devia ter vindo ao púlpito aplaudir a iniciativa deste Executivo. Nós não estamos a malbaratar o dinheiro dos contribuintes Amarantinos, até porque agora não temos a capacidade de submeter candidaturas ao antigo Quadro Comunitário, atendendo a que neste Quadro Comunitário não há verbas para execução daquilo que era suposto o país ter feito no anterior Quadro Comunitário, e agora a senhora vem dizer que é uma má opção. Isto é que não é correto, porque nós estamos a dar resposta integral ao universo de todas as crianças de Vila Meã que vão ficar com umas instalações fantásticas, do melhor que há, e agora vem aqui reclamar do quê? Que devíamos gastar quatro milhões num edifício que ficaria vazio. Era isso que queria que eu fizesse, que era estar a construir um edifício para ficar vazio e retirar das nossas contas três milhões e trezentos mil euros. É isso que a senhora quer? Vem dizer agora que Oliveira e Ataíde vão encerrar. É verdade, porque as crianças vão para um edifício que é suposto albergar estas crianças. Oliveira tem 12 crianças para quatro anos. Queria as crianças onde? Não fomos que pedimos para passar. Já um delegado da DGEST, perante este cenário, e aqui não interessa qual o Governo que está, que medida é que vai tomar? Acha que é preciso a Câmara estar a aconselhar o senhor Delegado Regional? O senhor Delegado Regional com base nas informações que os senhores diretores lhes deram, aloca as crianças da forma que melhor entende. Julgo que estamos respondidos relativamente a isto.

Relativamente aos Jardins de Infância, eu volto a dizer-lhe senhora deputada, o Executivo que eu presido não irá nunca pedir para encerrar qualquer Jardim de Infância. Mais, se eu puder abrir alguns irei fazê-lo. Agora se alguns passarem a ter quatro crianças, seguramente que a DGEST, irá dizer que não há condições para continuar. E eu vou dizer-lhe que tem razão. A senhora que é tão criteriosa porque até diz que não se podem dar livros às crianças, não se importa de aqui estar a malbaratar o dinheiro do Estado. Concerteza que eles de forma razoável e séria irão propor que essas quatro crianças passem para uma escola mais perto. É disto que estamos a falar.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 1, Abstenções – 14, Votos a favor – 33**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA IIª REVISÃO ORÇAMENTAL – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016

Nesta altura, o senhor Presidente da Mesa teve de se ausentar e solicitou ao senhor deputado José Joaquim que assumisse um lugar na Mesa, por forma a dar continuidade aos trabalhos. Conduziu os trabalhos o Primeiro Secretário, Hélder Ferreira.

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que no seguimento do que tem sido a postura do PS em situações semelhantes, a bancada irá abster-se por forma a viabilizar aquelas que são as opções do Município, não deixando de referir que esta é uma segunda revisão orçamental, imediatamente a seguir a uma efetuada muito recentemente, em abril, o

que demonstra, na nossa opinião, alguma falta de planeamento e de gestão naquelas que são as prioridades do Município e também para que fique o registo em ata.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que sugeria à bancada que vote a favor, porque a falta de planeamento e gestão é incorporar receitas de quatrocentos e quatro mil euros de candidaturas ao fundo de emergência municipal. Oitocentos e oitenta mil euros no âmbito das candidaturas do programa Portugal 2020, incluindo uma para investimentos na serra do Marão no valor de duzentos e oitenta e quatro mil euros. Idem para escolas P3 e ainda para o Largo de S. Pedro. É também o reforço para investimento e requalificação das atuais instalações da GNR. Reforço para o pavilhão gimnodesportivo de Vila Meã. E é a verba que se conseguiu negociar com o Ministério da Educação de quinhentos mil euros para beneficiação da Escola Básica 2/3 de Amarante. É ainda mais um milhão e trezentos mil euros para as restantes escolas. Portanto, é esta a falta de gestão do Executivo. Parabéns ao Executivo. Eu voto a favor.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 21, Votos a favor – 28**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E GENÉRICA PARA A CÂMARA CONTRAIR EMPRESTMOS PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 51º, Nº 2 DA LEI Nº 73/2013

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que este ponto, e sem dúvida todos os outros que vêm a seguir, do ponto número 6 ao ponto numero17, têm, nos termos da lei, de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia em efetividade de funções, ou seja, no nosso caso, tem de ter 27 votos a favor dos membros desta Assembleia. As abstenções não contam. Portanto, este ponto bem como todos os outros a seguir, só será aprovado se obtiver os votos a favor de 27 membros. As abstenções não contam. Eu sugiro ao nosso Grupo, que votem a favor neste ponto bem como nos outros que vem vêm a seguir, porque contrair empréstimos é uma faculdade de gestão da Câmara. Como sabem há uma grande capacidade endividamento. A conjuntura é altamente favorável à contração de empréstimos. Conseguiu-se neste caso uma taxa de 1% que é apenas a taxa do spread. Nós no anterior mandato nunca votamos contra para qualquer contração de empréstimo por parte do anterior Executivo. Aliás, foram contratados neste mandato muito menos que nos mandatos anteriores. Eu tenho aqui dados dos contratados e dos utilizados. Em 2011, vinte e oito milhões. Em 2012, vinte e cinco milhões, 2013, vinte dois milhões, 2014 vinte de dois milhões e vinte e dois cento e oitenta mil e agora, até 31 de maio, 17 milhões. Utilizados em 2011, vinte dois milhões, em 2012, vinte e três milhões, 2013, vinte e um milhões, 2014 vinte e um milhões, 2015, treze milhões, e até agora 12 milhões, em 2016. Também têm sido amortizados empréstimos por este Executivo. Que totalizam até hoje, três milhões e meio de euros.

Entretanto, o senhor Presidente da Mesa disse-lhe que ele talvez estivesse errado, porque se assim fosse, a capacidade de endividamento rondaria os quinhentos milhões.

O senhor deputado disse-lhe que tinha um gráfico que demonstram os números, mas mesmo assim pede à Câmara que confirme se estes dados são ou não são

verdadeiros. Como sabem a maior parte dos empréstimos poderá não ser utilizada como é aliás habitual. No último contrataram-se quase cinco milhões de euros e só se utilizaram quinhentos mil euros. Há um limite para o valor que se pode usar, que salvo erro é de cinco milhões de euros. Este Executivo como disse já fez amortizações significativas, à volta de três milhões de euros, aliás amortizando mais que o anterior. Mil e quinhentos em 2011, mil e seiscentos em 2012, mil e oitocentos em 2013, mil e seiscentos em 2014 e mil e duzentos em 2015. Eu sei que em alguns dos empréstimos os senhores Vereadores do PS votaram contra, noutros a favor, dizendo que estão a favor das obras a que se referem os empréstimos, mas há aqui alguma incoerência, uma desonestidade intelectual, porque se são a favor das obras, mas estão a desvalorizar os empréstimos que consubstanciam tão só uma faculdade de gestão da Câmara que lhe foi sempre atribuída nos anteriores mandatos. Falou-se aqui de duas freguesias, de que oportunamente falarei, que não me agradou sobremaneira. Se não são contra as obras, porque não deixam a Câmara, no âmbito da sua capacidade de gestão, fazer a escolha do financiamento? Isto acaba por ser um pouco de hipocrisia política. Para nós, chega de fazer política usando as freguesias. Alegam ainda que a Câmara tem cerca de oito milhões em depósitos, sabendo que esta quantia está cativa para fazer face à despesa já efetuada. Meus senhores custa dizer isto, mas parece que neste caso o único objetivo é emperrar, atrasar, dificultar, obstaculizar. Não querem que se faça obra que já devia estar feita há muito tempo, mas sei que este Executivo é persistente. Não vão fazer tudo o que queriam, mas vão fazer certamente muito do que já devia ter sido feito há muitos anos. Nós vamos votar a favor em todos os casos de empréstimos.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que queria fazer um ponto prévio à sua intervenção para comentar algumas das afirmações que o orador anterior fez. Entende a bancada do PS que no que respeita a este primeiro ponto de autorização prévia, não necessita de qualquer maioria qualificada. Aliás, a bancada confirmou isso com os serviços jurídicos do Município e neste caso foi mesmo com o Dr. Sérgio na reunião preparatória da Assembleia Municipal e por forma a não sermos surpreendidos com alguma postura que o Partido pudesse ter, porque normalmente a abstenção é para viabilizar as opções da Câmara, mas acautelando aquilo que no fundo aqui já se passou. O PS é Partido responsável e assume as suas responsabilidades e permite dentro daquilo que é razoável que o Executivo que nos lidera e que saiu vitorioso das últimas eleições tenha condições para governar. Portanto, nessa perspetiva, a postura que o PS vai tomar nestes pontos todos, e desde já refiro que a intervenção que vou fazer a seguir é relativa a este ponto e a todos os outros, do ponto seis ao dezassete. Relativamente à falta de coerência do PS por ter votado contra algumas obras mas dizer que as quer apenas quero que fique aqui o registo que o PS já tinha viabilizado essas obras quando elas estavam previstas no orçamento, sendo certo que não estava referido que era com recurso a financiamento. Portanto, aquilo que a Câmara tinha assumido com o PS é que tinha condições financeiras para as fazer. Agora, o que nos transmite é que não tem, ou terá outras opções. Mas o que é certo é que os pedidos de empréstimo nada referem sobre isso.

Pretende a Coligação “Afirmar Amarante”, na liderança dos destinos do Município de Amarante desde 2013, autorização desta Assembleia para contratualizar um novo empréstimo.

Pouco mais de dois anos depois de ter assumido tal liderança, apesar da boa capacidade financeira do Município e bem assim da fraca execução do anterior empréstimo que lhe foi autorizado por este mesmo órgão, há pouco mais de um ano, pretende a Câmara Municipal autorização para contratação de um novo empréstimo, desta feita no montante global de 5.497.000€.

Analisada a proposta e os documentos que nos são remetidos, e sobre os quais nos pronunciamos, em momento algum vimos minimamente fundamentada a razão do recurso a este expediente.

Sendo certo que entendemos que a necessidade de requerer autorização a este órgão para esse fim, a tal obrigava e exigia.

Mais: é-nos solicitada deliberação sobre uma autorização prévia, em simultâneo com o pedido de autorização, definitiva, para contratualização do empréstimo!!!!

Por outro lado, trata-se do terceiro pedido de autorização de empréstimo que este Executivo submete a esta Assembleia no período de pouco mais de um ano, sendo certo que ainda há bem pouco tempo fomos confrontados com a aprovação dos documentos previsionais, e com duas revisões orçamentais, sendo que a última foi hoje aprovada, e da mesma resultou um aumento de 1.288.800€. Pelo menos aquando dessa revisão, já que se incluíram algumas das obras, cuja autorização para empréstimo aqui se discute, deveria ter-se previsto esta fonte de financiamento

Não menos importante é o facto de estarmos perante empréstimos, a médio e longo prazo, que condicionam mandatos futuros, cujo montante global expõe o Município a riscos excessivos de endividamento, quase esgotando a capacidade de endividamento do mesmo, o que inviabilizará no futuro o recurso a este expediente financeiro para fazer face a situações inesperadas e ou investimentos que pela sua grandeza obriguem a um esforço adicional do Município.

Por outro lado, é-nos solicitada autorização para contrair empréstimos para aquisição de terrenos, (ponto 10) e para construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos municipais (ponto 13) sem que conste das respetivas propostas e dos documentos que a acompanharam qualquer indicação sobre a que terrenos se destina, e a que muros e/ou caminhos respeita, o que nos coloca sérias reservas sobre a legalidade de tal autorização.

A este propósito não se diga que a informação complementar entretanto apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, mas que não integra a proposta que hoje discutimos, sana tal falta de informação. A este propósito não se aceita que não seja partilhada informação importante a todos os elementos do Executivo Municipal. Razão pela qual estes dois pontos deveriam ser de novo objeto de discussão em Reunião de Câmara e só posteriormente, na posse de toda a informação pertinente sobre este assunto, deveriam ser objeto de discussão nesta Assembleia.

Acresce, ainda, que, não defendemos o recurso a este tipo de financiamento para obras que pela sua dimensão e custo podem e devem ser executadas com recursos aos fundos próprios do Município, sem necessidade de agravar os encargos das mesmas.

Assim, o modelo que nos é apresentado, não é o melhor modelo de gestão de um Município.

Somos totalmente favoráveis à realização das obras e investimentos que nos são propostos e não queremos que uma eventual falta de capacidade de execução das mesmas por parte do executivo, nos seja apontada.

Como a aprovação para a autorização destes empréstimos necessita de uma maioria qualificada, os Presidentes de Junta do Grupo Municipal do Partido Socialista terão liberdade de voto de modo a que o Partido Socialista viabilize a proposta da Câmara.

O restante Grupo manterá, pelas razões supra já referidas e em coerência com a posição defendida pelo Partido Socialista na Câmara, o sentido de voto já expresso pelos nossos Vereadores na mesma.

Por último, não pode o Grupo Municipal do Partido Socialista deixar de manifestar aqui o seu desagrado pela forma como nos foram disponibilizados os documentos para esta Assembleia, quer no que respeita à autorização prévia, quer no que respeita à informação adicional prestada pelo Sr. Presidente de Câmara e que em

parte põe em causa aquela que foi a discussão havida na reunião de câmara no que respeita aos pontos 10 e 13 desta reunião.

Ficámos com sérias dúvidas sobre a legalidade da deliberação que sobre os mesmos venha a recair, pelo que desde já requeremos que esta nossa justificação fique transcrita em ata em cada um dos pontos agendados e que a mesma acompanhe os documentos a remeter ao Tribunal de Contas.

Assim, o grupo municipal do PS, pelas razões já supra referidas:

- abster-se-á no ponto 5 da ordem de trabalhos, no que respeita à autorização prévia e genérica ,
- votará favoravelmente os pontos 6, 7, 8, 12, 14 e 16 da ordem de trabalhos;
- votará contra os pedidos de autorização de empréstimo constantes dos pontos 9, 10, 11, 14, 15 e 17 da ordem de trabalhos. Os senhores Presidentes de Junta terão toda a liberdade de voto para viabilizar os empréstimos da Câmara.

HENRIQUE MONTEIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE SANCHE

No uso da palavra começou por dizer que esta sua intervenção não é forçada pela intervenção do senhor Deputado António Araújo, mas foi articulada com o Grupo Municipal do PS. Fez de seguida a intervenção que se transcreve: “Tendo em conta que os senhores Presidentes de Junta eleitos pelo PS são favoráveis à execução das empreitadas cujo financiamento aqui é requerido, considerando que os empréstimos necessitam de uma maioria qualificada, considerando que o senhor Presidente de Câmara afirma que não poderá cumprir o Orçamento aprovado por este órgão e bem assim os compromissos assumidos com os senhores Presidentes de Junta se não lhe for concedida autorização para estes empréstimos e tendo em conta a liberdade de voto dos senhores Presidentes de Junta desta bancada, os senhores Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS votam favoravelmente os pontos 5 a 17, permitindo deste modo que o senhor Presidente de Câmara possa cumprir deste modo todos os compromissos assumidos”.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse que reconhecia toda a legitimidade do Executivo para fazer uma gestão de acordo com os seus critérios e de acordo com as suas intenções procurando sempre o bem estar dos nossos concidadãos. Irá votar favoravelmente este ponto e todos os outros que se seguem. Seria muito bom para a democracia que o direito à oposição fosse a livre manifestação do pensamento de cada um de nós. Nós, Presidentes de Junta temos uma missão e uma função específica. Eu não me considero político e acho que nós, os Presidentes e Junta devemos estar ao serviço das populações e tentar fazer aquilo que importa, que é obra.

No seguimento da intervenção anterior, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, disse que não conhece democracia nenhuma onde não sejam os Partidos a comandar. Onde não há Partidos ou só Partido único é um problema sério. É que Partido único onde todos puxam para o mesmo lado nunca deu bom resultado.

JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DE CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer aos senhores deputados da bancada do PS que não iria haver qualquer desorientação no que concerne aos empréstimos. A própria regulamentação, impede que apesar de estarem contratualizados cinco milhões e tendo em conta as intervenções que aqui foram proferidas e que levam a valores de mais cinco milhões, todos sabemos que não podemos utilizar dez milhões durante este ano. Para fazer a gestão até final do ano, tendo um leque de oportunidades em termos de projetos que eu possa financiar, eu tenho que ter disponível esta capacidade de intervenção no terreno. Este Executivo, neste momento, e julgo que será a vontade de todos neste momento, é que se aproveitem todas as oportunidades para fazer

intervenção no nosso território. Atendendo à escassez de verbas que agora há, eu tenho que "ir a jogo" em todas as oportunidades. O atual Quadro Comunitário não é muito favorável às Autarquias. Há aqui ou acolá onde eu ainda posso aproveitar, mas mesmo assim as oportunidades são poucas. Há uma certeza que eu tenho, e como neste momento as candidaturas são muito poucas, espero que no próximo ano, ano de eleições eu possa fazer mais candidaturas. Por isso eu tenho que ter esta capacidade para poder ter alguma liberdade de tesouraria.

A segunda nota que quero deixar, que por acaso ninguém abordou, mas na altura os senhores Vereadores falaram nisso, e que se refere ao dinheiro que está em tesouraria, dinheiro esse que já está consignado para obras em execução e até final deste mandato. Quero também dizer que este Executivo só utilizou quinhentos mil euros. Quero que isto fique registado, porque lá fora diz-se muita coisa. Já amortizamos mais de três milhões. Esta sim, é que é a informação correta.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 10, Votos a favor – 41**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - PAVIMENTAÇÃO DO EX CM 1208 (ATUAL EM750) - FRIDÃO”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação, tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - REPAVIMENTAÇÃO DA EM 577 DESDE BUSTELO A EN 15.BUSTELO”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação, tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 567, ENTRE A E.N. 312 E O LARGO DE PIDRE - MANCELOS”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação, tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 9- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - ROTUNDA NA EN 210”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 9, Abstenções – 5, Votos a favor – 37**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 10 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - AQUISIÇÃO DE TERRENOS”

Inscreevou-se para usar da palavra o senhor Deputado **JORGE PINTO**, que disse não ser propriamente contra o empréstimo porque o seu voto acompanhará a orientação política do Partido que representa. "No último documento que o senhor Presidente da Câmara nos fez chegar, vi que há uma verba que se destina, não se sabendo exatamente de quanto, uma vez que o valor é abordado globalmente à aquisição de um terreno para o parque de estacionamento da Escola Secundária de Amarante, que de resto é bem necessário, não só de hoje, mas se calhar já há muito tempo. E infelizmente não foi feito. E dei comigo a pensar, quando li este documento, se não valeria a pena antes de adquirir este terreno onde depois se irá construir um parque, se não seria interessante pelo menos estudar a possibilidade de na rua Cal Brandão, entre o entroncamento que dá acesso à antiga estação de tratamento de águas e a escola, uma vez que há ali um muro que tem cerca de três metros de altura e estando aquela zona muito carenciada de estacionamento, porque tem a Escola Secundária, a EB 2/3 e ainda o cemitério, e daí este meu contributo, no sentido de se poder fazer ali naquele espaço um parque de estacionamento público subterrâneo que poderia servir as duas escolas e também o cemitério. Era só este o meu contributo, porque não ficaria de bem com a minha consciência se não alertasse para esta possibilidade".

Como mais nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 10, Abstenções – 4, Votos a favor – 37**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 11 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - ARRANJO JARDIM BADEN-POWELL”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 10, Abstenções – 4, Votos a favor – 37**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 12 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - EXECUÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO ESCOLA BÁSICA AMADEO DE SOUZA CARDOSO”

Relativamente a este ponto, usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, para dizer ao senhor Presidente da Câmara, “não em tom de crítica, mas de advertência” que “havia, de verdade certa, um contrato de financiamento para a execução deste pavilhão. Havia um contrato programa em que a DGEST se comprometia por escrito a pagar o equivalente ao preço base dos pavilhões escolares que era na altura de 400.000 euros. Não havia em relação a Vila Caíz porque como não pagaram, obrigou-os a Câmara na altura a pagarem uma renda, que ainda hoje pagam. O contrato está arquivado aí num dos gabinetes. Nem sequer admito que estejam a desconfiar do que estou a dizer”.

Por sua vez, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu-lhe dizendo-lhe que não diz que não existe esse contrato. Mas pergunta: há quantos anos foi feita a escola? Porque é que essa prerrogativa nunca avançou? A escola está construída há 10 anos.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que não é isso que está em causa. É certo que há um contrato programa.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que queria que esta situação ficasse clara, até para não haver o diz-se que disse. Porque isto foi falado mais que uma vez no Conselho Municipal de Educação, onde toda a gente me chamava a atenção para que este edifício fosse feito, ao que eu sempre respondia que não tinha verbas para isso e não tenho como cabimentar neste momento. Tive oportunidade de falar com o senhor Delegado da DGEST, relativamente a esta situação. A única coisa que ele me disse é que está disposto a pagar por utilização. A utilização deles não dá para pagar a um funcionário. É importante que isto seja dito. A verba que eles pagam em Vila Caíz não paga o funcionário que nós lá pomos. Aqui é exatamente igual. Eu perguntei até onde é que a DGEST nos ia financiar, porque a ideia que eu tinha era também aquela que o senhor Presidente acabou de avançar. Eu não vou avançar com nada até esclarecer esta situação. Se quiserem podem adiar a decisão deste ponto, até porque eu não quero gastar dinheiro à toa.

Como mais nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação, tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Relativamente a esta questão esclareceu que o PS até foi dos que exigiu a obra quando não estava contemplada em orçamento. Quer que a obra se faça. Aquilo que o senhor Presidente da Assembleia fez questão de lembrar, é que este assunto foi discutido em Reunião de Câmara Municipal, está nas atas e o protocolo efetivamente existe. Independentemente disso, a Câmara deve ir avançando com a construção do pavilhão que há muito devia estar feito. A Câmara só tem de exigir que paguem a sua parte. Existindo condições, deve ser feito, e por isso é que estamos aqui a discutir um empréstimo.

PONTO Nº 13 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO OU REABILITAÇÃO DE DIVERSOS MUROS E/OU CAMINHOS FLORESTAIS”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 10, Abstenções – 4, Votos a favor – 37**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 14 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - PARQUE LINEAR”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 4, Abstenções – 0, Votos a favor – 48**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 15 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - REPAVIMENTAÇÃO DA EM 575 DESDE O ENTRONCAMENTO DA EM 769 ATÉ À PONTE S/ RIO MARÃO (ANSIÃES)”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 10,**

Abstenções – 0, Votos a favor – 41. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 16 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 4, Votos a favor – 48.** Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 17 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - REQUALIFICAÇÃO DA EN QUE LIGA LAMAS A BELESSE, GOUVEIA, S. SIMÃO”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 10, Abstenções – 0, Votos a favor – 41.** Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 18 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM - PROJETO DE ALTERAÇÃO

Inscriveu-se para usar da palavra neste ponto a senhora deputada **RITA BATISTA**, do **PSD** que no uso da palavra disse que a alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem em causa se trata apenas de questões procedimentais, no entanto, como é membro da comissão de análise técnica gostaria de dar a informação de que tinha sido publicada a lista provisória das propostas admitidas e que das vinte e uma submetidas, foram aprovadas onze, encontrando-se a decorrer o prazo para audição prévia. Realçou que este é um aumento significativo face ao ano passado e que tal é reflexo do esforço para uma maior participação dos jovens. Referiu ainda que apesar de na Comissão de Análise Técnica estarem pessoas de sensibilidades políticas diferentes, como ela própria e o Hugo Peixoto, estão ainda a Ana Catarina Carneiro e o José António Nogueira, bem como técnicos do Município, apesar disso, a comissão tem sabido colocar de lado essas diferenças e trabalhar de forma colaborante, tendo realçado o trabalho da técnica Sónia Monteiro. Concluiu dizendo que tinha grandes expectativas quanto ao Orçamento participativo Jovem, uma vez que havia propostas muito boas. Vamos ouvir falar muito dele nos próximos tempos.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou também da palavra para dar os parabéns a todos aqueles que fazem parte da Comissão Técnica de Análise. É um bom princípio, uma vez que aqui não há Partidos. Há uma vontade coletiva de fazer com que esta iniciativa tenha sucesso. Portanto, a todos que fazem parte da Comissão dou os meus parabéns.

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação, tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora do dia um de julho. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____